

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Estácio Participações S.A. ("Companhia"; "YDUQS") apresenta o Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras Consolidadas referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, elaboradas de acordo com os princípios do *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") e acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes. Com o objetivo de preservar a comparabilidade entre os períodos, a Companhia optou por divulgar os resultados de 2019 pro-forma, excluindo os impactos da adoção das regras contábeis do IFRS-16.

### Perfil corporativo

A YDUQS detentora das marcas Estácio e UniToledo, é um dos maiores *players* de educação superior no Brasil, com quase 600 mil alunos, e uma das organizações que mais cresce no país, por meio da expansão de suas marcas e pela aquisição de novas instituições. A Companhia está listada no Novo Mercado da Bovespa sob o código de negociação "YDUQ3" e suas ADRs negociadas no mercado norte-americano sob o código "YDUQY" e possui um padrão de governança corporativa diferenciado.

Em 31 de dezembro de 2019, a base de alunos da Companhia totalizava 570,3 mil alunos. A Companhia é formada por uma universidade, 13 centros universitários e 53 faculdades credenciadas pelo MEC. Com uma capilaridade nacional representada por 93 campi e 933 polos de ensino à distância, presentes nos principais centros urbanos de todos os estados brasileiros e no Distrito Federal, estrategicamente localizados nas proximidades das residências e/ou dos locais de trabalho de nosso público alvo.

O crescimento da Companhia no mercado é atribuído a alguns fatores preponderantes: (I) à qualidade de seus cursos e do seu corpo docente, (II) à adoção de modernas práticas de gestão, (III) às inovações tecnológicas e acadêmicas proporcionadas a seus alunos, (IV) à localização estratégica de suas unidades e, (V) à prática de preços competitivos, acessíveis ao seu público-alvo. Com currículos nacionalmente integrados, oferece cursos de graduação, nas modalidades presencial e de ensino a distância, nas áreas de Ciências Exatas, Ciências Biológicas e Ciências Humanas, em graduação tradicional e tecnológica. Oferece também cursos de pós-graduação lato-sensu e stricto-sensu, cursos de mestrado, doutorado e de extensão. Com um modelo de gestão orientado para resultados e para a qualidade, desenvolvemos uma metodologia de ensino, moderna e diferenciada. Como resultado da capacidade empresarial e financeira, da inovação e da melhoria constante de seus cursos, a marca YDUQS é reconhecida e valorizada no mercado.

### Cenário Econômico

O ano de 2019 foi marcado por uma desaceleração da economia global. O principal fator que contribuiu para isso foi o embate comercial entre as duas maiores economias mundiais, Estados Unidos e China. As tensões comerciais entre esses países, marcadas pela inflexibilidade de negociação, somadas a outros fatores como a indefinição do Brexit, aumentaram o nível de incerteza no mercado mundial. Como consequência o mercado financeiro foi negativamente impactado, com uma grande redução de investimentos no mundo todo.

Em relação à economia brasileira, essa atuante desaceleração do comércio global somada a fatores internos como o atraso da reforma da previdência impactou negativamente o crescimento do PIB principalmente no primeiro semestre de 2019. A mediana das estimativas dos analistas consultados pelo relatório Focus do Banco Central iniciou o ano em 2,5% chegando a atingir 0,8% em julho, mas, com a aprovação da reforma no congresso, retomou o crescimento das expectativas e ao final, o ano encerrou com crescimento de 1,1% menor avanço em 3 anos. Tal conjuntura pesou sobre a colação do dólar frente ao real, que oscilou de R\$/US\$ 3,86 no início do ano, voltando a atingir patamares altos (R\$/US\$ 4,03) no final do ano.

A inflação, por outro lado, mesmo com a pressão gerada por alguns preços (energia elétrica, por exemplo), ficou em um patamar significativamente baixo durante o ano de 2019. No acumulado dos últimos 12 meses encerrados em dezembro, o IPCA registrou 4,31%, ligeiramente acima da meta de inflação do Banco Central (4,25%). Dessa forma, foi possível reduzir a taxa de juros atingindo a mínima histórica por várias vezes consecutivamente. A Selic iniciou o ano em 6,5% e se manteve estável até meados de 2019 quando começou a sofrer sucessivos cortes fechando o ano em 4,5%.

Apesar de sofrer leves oscilações ao longo de 2019, a taxa de desemprego no país atingiu 11,9% em dezembro, a menor taxa desde o trimestre encerrado em março de 2016, quando foi de 10,9%. Adicionalmente, o Índice de Confiança do Consumidor (ICC) da Fundação Getúlio Vargas registrou 91,6 pontos em dezembro, fechando o ano de 2019 com uma queda em relação a dezembro do ano anterior (93,8 pontos). Ainda assim, o ICC de dezembro representa um avanço de 2,7 pontos em relação ao mês anterior, atingindo o maior nível desde fevereiro do mesmo ano (96,1 pontos).

Com os sinais de retomada da economia brasileira ao final do ano de 2019, a Companhia se mostra otimista em relação ao crescimento e desenvolvimento do Brasil, que continua sendo um país com muitas oportunidades de negócio, em especial no segmento de educação, com significativo mercado consumidor e com instituições fortes e independentes.

### Mensagem da Administração e Perspectivas Estratégicas

Faz pouco mais de um ano que cheguei. Vim atraído pela missão da instituição e por ter percebido que tínhamos as pré-condições para o sucesso: um mercado demandado e com grandes possibilidades de consolidação, uma Companhia bem posicionada e um time competente e experiente.

Na divulgação de resultados de 2018, falei sobre as dificuldades que antevíamos com o declínio do FIES. Mas também sobre a confiança que tínhamos em manter uma estabilidade nos números devida à nossa disciplina operacional e às fontes de crescimento que tínhamos mapeado e investido.

O resultado que apresentamos agora mostra que o plano é sólido e a execução vem acontecendo conforme a expectativa. A margem EBITDA sobiu ligeiramente frente o ano anterior, atingindo 38%. O lucro líquido ficou estável em R\$ 646 milhões. Os custos caíram (por aluno no presencial, 6,7%) e as três frentes de crescimento que vislumbrávamos estão se comprovando: medicina teve um crescimento de 24% de receita; EAD cresceu a receita em 28% e a base em 42%; e fizemos duas aquisições de alta relevância: UniToledo e Adtalem(1). Seguimos na liderança do setor no indicador-chave de geração de caixa, com 75% de conversão.

Tão importante quanto estes números são a nossa convicção de que avançamos muito na preparação da Companhia para o futuro. Há temas muito chamativos, como as novas licenças de medicina o aumento no número de vagas, as captações recorde e a grande expansão na capilaridade do nosso ensino digital. Outros temas chamam menos atenção, mas também são de grande relevância, como a evolução de 6 p.p. no NPS e a evolução digital – percebida tanto nos APPs dos alunos e docentes, quanto em uma série de processos internos que estão se tornando mais eficientes.

Nossa contribuição social é cada vez maior. Além do impacto positivo que decorre naturalmente de nossa atividade, com a entrega ao mercado de cerca de 60 mil profissionais a cada ano – que enriquecem suas comunidades em todos os sentidos –, continuamos ampliando as entregas de um dos mais sólidos e abrangentes programas de Responsabilidade Social do país. Em 2019, mais de um milhão de brasileiros participaram e se beneficiaram de uma das centenas de ações do programa. Para citar apenas uma iniciativa cara a todos nós, o nosso projeto de Alfabetização e Letramento alcançou 12 unidades em 2019 e já resgatou do analfabetismo, pelas mãos de nossos professores e alunos, centenas de pessoas que vivem nas proximidades de alguns de nossos *campi*.

Avançamos também na Governança. A YDUQS conta com um Conselho independente e Comitês bem estabelecidos e ativos no acompanhamento e no apoio à gestão da Companhia. Nossa comunidade, que engloba alunos, professores e demais colaboradores, é uma das mais diversas do país, com presença igualitária de todas as raças e etnias e com pessoas de todas as origens e classes sociais. Hoje, as mulheres são maioria nos cargos de gestão (situação inédita até 2019). Ainda temos o que evoluir na alta administração, mas tivemos um avanço importante, neste sentido, bem como, o reforço de uma tarimbada executiva no nosso Conselho de Administração.

Por fim, e por falar em futuro, criamos a YDUQS em 2019. Muito mais que uma marca, introduzimos um novo conceito ao nosso negócio e ganhamos muito mais liberdade para crescer de forma diversificada. A experiência de separar o EAD e a Medicina do Presencial deu resultados incríveis, o que vamos fazer é consolidar isso e ir além, com a criação das unidades Premium, Conteúdo Digital e Vida Toda. O ritmo de crescimento dessas unidades será forte, mantendo o equilíbrio frente às perdas do FIES em 2020 e sobressaindo intensamente a partir de 2021.

Temos o melhor EAD do mercado em conteúdo e forma, e a iminente a aquisição da Adtalem(1) vai nos permitir dar um passo além. Vamos utilizar as nossas ferramentas digitais para levar às casas e às salas de aula conteúdo ao qual só a elite tinha acesso. Vamos, uma vez mais, por meio da inovação, liderar a transformação do ensino superior no Brasil.

Temos uma posição financeira privilegiada em um mercado de oportunidades. Criamos uma base muito sólida e estamos mais fortes do que nunca. Tem muito mais vindo por aí.

Obrigado pela confiança e pelo apoio.

CEO  
Eduardo Parente  
(1) Sujeito à aprovação do Cade

### Desempenho Financeiro

Os dados financeiros utilizados para elaboração da análise consideram o resultado consolidado da YDUQS.

Tabela 1: Demonstração de Resultado			
Em R\$ Milhões	2018	2019 <sup>(1)</sup>	Δ%
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>5.784,2</b>	<b>6.185,0</b>	<b>6,9%</b>
Mensalidades	5.747,8	6.139,1	6,8%
Outras	36,4	45,8	25,8%
Deduções da Receita Bruta	(2.164,8)	(2.619,9)	21,0%
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>3.619,4</b>	<b>3.565,0</b>	<b>-1,5%</b>
Custos dos Serviços Prestados	(1.632,8)	(1.574,8)	-3,6%
<b>Lucro Bruto</b>	<b>1.986,6</b>	<b>1.990,3</b>	<b>0,2%</b>
<i>Margem Bruta</i>	<i>54,9%</i>	<i>55,8%</i>	<i>0,9 p.p.</i>
Despesas Comerciais	(553,0)	(571,6)	3,4%
Despesas Gerais e Administrativas	(614,3)	(587,6)	-4,3%
Outras receitas/despesas operacionais	(47,2)	14,4	N.A.
EBIT	772,0	845,3	9,5%
<i>Margem EBIT</i>	<i>21,3%</i>	<i>23,7%</i>	<i>2,4 p.p.</i>
(+) Depreciação e amortização	195,4	197,0	0,8%
<b>EBITDA</b>	<b>967,4</b>	<b>1.042,3</b>	<b>7,7%</b>
<i>Margem EBITDA</i>	<i>26,7%</i>	<i>29,2%</i>	<i>2,5 p.p.</i>
Resultado Financeiro	(118,8)	(149,2)	25,6%
Depreciação e amortização	(195,4)	(197,0)	0,8%
Imposto de renda	(4,5)	(7,2)	59,5%
Contribuição Social	(3,8)	(4,6)	21,2%
<b>Lucro Líquido</b>	<b>644,9</b>	<b>684,4</b>	<b>6,1%</b>
<i>Margem Líquida</i>	<i>17,8%</i>	<i>19,2%</i>	<i>1,4 p.p.</i>
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>1.154,7</b>	<b>1.141,1</b>	<b>-1,2%</b>
<i>Margem EBITDA Ajustada</i>	<i>31,9%</i>	<i>32,0%</i>	<i>0,1 p.p.</i>

<sup>(1)</sup> Informação pro-forma excluindo os impactos da adoção das regras contábeis do IFRS-16 em 2019, para melhor comparação com 2018.

• **Receita operacional líquida.** Em 2019, a receita operacional líquida totalizou R\$3.565,0 milhões, uma queda moderada em relação ao ano de 2018. Essa variação é explicada pelos seguintes fatores: (I) aumento no nível de descontos e bolsas em função da estratégia de captação e da nova política de retenção e renovação; (II) resiliência no seguimento presencial ex-FIES (+3,2% A/A) e sólida performance dos cursos de medicina (+24% A/A) e (III) manutenção do crescimento acelerado do Ensino a Distância (EAD), cuja receita avançou 28% na comparação anual.



• **Custos dos serviços prestados.** O custo dos serviços prestados totalizou R\$1.574,8 milhões em 2019 uma queda de 3,6% em relação ao ano anterior e representou 44,2% da receita operacional líquida da Companhia registrando uma melhora de 0,9 p.p. frente ao ano anterior. Os ganhos de eficiência com custo de pessoal – resultado de diversas iniciativas de pesquisa operacional como reestruturação do quadro de docentes, melhora no ensalamento, aumento no compartilhamento de disciplinas, melhora na taxa de ocupação e adoção de conteúdo on-line em cursos presenciais – foram os principais fatores para o resultado. Vale ressaltar que, no segmento presencial, o custo dos serviços prestados por aluno recuou 6,7% A/A em 2019.

• **Lucro Bruto.** Como consequência dos resultados do custo dos serviços prestados, o lucro bruto totalizou R\$1.990,3 milhões em 2019 se mantendo estável em relação ao ano de 2018, alcançando uma margem bruta de 55,8% um crescimento de 0,9 p.p.

• **Despesas Comerciais.** Em 2019, as despesas comerciais totalizaram R\$571,6 milhões, um aumento de 3,4% em relação ao ano anterior. As despesas com PDD registrou queda de 7,7% em relação ao ano anterior em função dos maiores esforços de arrecadação e negociação, reduzindo os níveis de inadimplência dos alunos mensalistas, e a recuperação de créditos inativos.

• **Despesas gerais e administrativas.** As despesas gerais e administrativas em 2019 totalizaram R\$587,6 milhões, uma queda de 4,3% A/A, variação explicada pelos seguintes fatores: (I) redução no nível de provisões para contingência e queda das despesas com serviço de terceiros, principalmente consultorias; (II) maiores gastos com manutenção e reparos, associados a atualização de softwares, manutenção das nossas unidades e aumento nas despesas com recursos pedagógicos (expansão dos cursos de saúde).

• **EBITDA Ajustado<sup>1</sup>.** Em 2019 o EBITDA Ajustado da Companhia totalizou R\$ 1.141,1 milhões, registrando ligeira queda de 1,2% em relação a 2018. A margem EBITDA ajustada alcançou 32,0%, 0,1 p.p. acima do registrado ano anterior.

• EBITDA Ajustado em R\$98,7 milhões em 2019 e R\$187,4 milhões em 2018 devido principalmente a reestruturação organizacional, despesa com consultoria e outras despesas não recorrentes.

• **Lucro líquido.** O lucro líquido foi de R\$684,4 milhões, 6,1% acima do registrado no ano de 2018, com uma margem líquida de 19,2% um ganho de margem de 1,4 p.p. em função da melhoria dos resultados operacionais da companhia.

• **Dividendos.** A Administração irá propor para deliberação da Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de R\$153,5 milhões de dividendos aos seus acionistas, referente ao resultado de 2019.

• **Investimentos.** No ano de 2019, a Companhia investiu R\$366,4 milhões, um crescimento de 47,4% quando comparado com o ano anterior. Esse aumento está relacionado com os investimentos recorrentes que contribuem para a manutenção e aprimoramento do nosso negócio, expansão do curso de Saúde (Mais Médicos II) e criação de novos laboratórios de odontologia e projetos de caráter não recorrente como sistemas de digitalização de documentos, adequação de marco regulatório e renovação do sistema de ar-condicionado.

• **Caixa.** Em 31 de dezembro de 2019, o caixa da Companhia totalizava R\$609,1 milhões, 25,5% abaixo do registrado no ano anterior, em função da amortização de empréstimos e pagamento de aquisições (UniToledo), além do atraso no recebimento de repasses referentes ao FIES no final do ano (com efeito caixa em janeiro de 2020). Em 2018 a Companhia recebeu a última parcela da PN23 no valor de R\$342,1 milhões. Quando excluímos o efeito da PN23, o caixa teria crescido 28,0% A/A.

• **Endividamento.** O endividamento bancário da Companhia totalizou R\$615,1 milhões em 2019, representando uma redução de 24,7% quando comparado ao ano anterior. A Dívida Líquida ex-IFRS 16 alcançou R\$84,5 milhões, e uma relação dívida líquida/EBITDA reportado em 0,1x, estável em relação a 2018 e significativamente abaixo do limite (covenant) de 2,5x.

### Desempenho Operacional

**Ensino Presencial:** Ao final de 2019, a base de alunos presencial totalizava 309,5 mil alunos, 1,6% a menos quando comparado com 2018. Esse resultado tem efeito da redução de 36,1% da base de alunos FIES. A base de alunos FIES totalizou 41,5 mil alunos ao final de 2019, representando 14,8% da base de alunos de graduação seguimento presencial. Excluindo-se o efeito da redução da base de alunos FIES, a base total de alunos da companhia (ex-FIES) cresceu 16,8%, enfatizando os diferenciais da Companhia em atrair novos alunos e evidenciando a não-dependência do FIES no processo de captação. Seguimos com foco na qualidade do aluno captado e em políticas de retenção desses alunos.

**Ensino a distância – EAD:** Em 2019, a base de alunos EAD apresentou um aumento de 28,4% em relação a 2018, totalizando 260,8 mil alunos e representando 46% da base de alunos da Companhia um crescimento de 6,9 p.p. quando comparado com o ano anterior. Crescimento fortemente influenciado pela expansão de 326 novos polos de ensino a distância. O seguimento EAD Flex foi o grande destaque, com um crescimento de 72% da base de alunos em relação ao ano anterior, totalizando 35,4 mil alunos. Já a base de alunos 100% EAD apresentou um aumento de 32% em relação a 2018, totalizando 179,3 mil alunos.

### Modelo Acadêmico

A Companhia desenvolveu e vem aperfeiçoando, ao longo dos últimos anos, um Modelo de Ensino nacionalmente integrado, que procura atender à diversidade de seus cursos e às diferentes necessidades acadêmico-pedagógicas de alunos e professores, garantindo a qualidade acadêmica, a nacionalização dos currículos e a padronização dos recursos didáticos próprios, respeitadas as demandas locais regionais, e assegurando a escalabilidade do negócio.

Com o objetivo de tornar efetivo o modelo e utilizar uma visão multidisciplinar na definição de projetos, planos e práticas pedagógicas, a Companhia adotou uma metodologia proprietária de construção coletiva do conhecimento, tendo a participação de docentes das diferentes IES do Grupo em todo Brasil, na elaboração das matrizes curriculares e respectivos conteúdos.

Além dos currículos nacionalizados, o Modelo tem como pilares os recursos didáticos e a inovação tecnológica, plataformas virtuais de aprendizagem, sistemas integrados de avaliação e programas de complementação e reforço acadêmico que, aplicados concomitantemente a práticas de gestão, permitem o permanente acompanhamento do desempenho dos alunos.

Os diferentes objetos de aprendizagem produzidos ou curados pela Companhia ficam disponíveis em formato digital num único lugar, a SAVA (Sala de Aula Virtual de Aprendizagem), com acesso gratuito, disponível para todos os tipos de aparelhos (celulares, *tablets*, computadores), *on time* e sem necessidade de solicitação. Essa convergência midiática permite reunir, em um mesmo ambiente virtual, todos os recursos didáticos para alunos e professores, garantindo o acesso integral aos livros da Biblioteca Virtual, além de portais de periódicos, livro didático próprio, vídeos/aulas, conteúdo *on-line*, *smartbooks*, roteiros de estudo, apresentações utilizadas nas aulas e outros recursos.

Esse conjunto, somado às atividades acadêmicas complementares com seus eixos transversais voltados para cidadania, empreendedorismo, direitos humanos e sustentabilidade, contribui para a formação de profissionais competentes e com melhores oportunidades de colocação no mercado de trabalho.

O modelo de ensino é uma forma de responder à necessidade de escalabilidade, mobilidade e sustentabilidade dos serviços educacionais prestados pela Companhia, com o aprimoramento permanente da qualidade acadêmica e da responsabilidade social.

### Qualidade de ensino e Gestão da Aprendizagem

A Companhia implantou uma série de ferramentas e processos que permitem aos professores e equipes acadêmicas monitorar a qualidade acadêmica e a satisfação dos alunos, bem como identificar as fragilidades e potencialidades de cada um dos alunos a partir do desempenho em provas, exercícios e simulados.

Com a contribuição de seus professores, a Companhia conta com um banco de questões com cerca de 612 mil itens validados para uso em simulados e avaliações, além das questões produzidas e em processo de validação. Esse recurso permite que sejam realizadas provas nacionais integradas e projetos de reforço acadêmico, o que possibilita uma análise minuciosa dos resultados e consequentes dados analíticos ricos, inteligentes a ponto de permitirem ajustes de desvios, ranking, médias, percentuais de desempenho em todos os níveis (por aluno, turma, cidade, curso, região).

Baseada nas análises dos relatórios de desempenho acadêmico, a Companhia vem continuamente aprimorando a gestão da aprendizagem e os projetos de retenção acadêmica. Em 2019, o Programa de Reforço Acadêmico envolveu os seguintes projetos:

- "Avaliando o Aprendizado", com mais de 80% da base de alunos presenciais realizando simulados preparatórios para as avaliações;
- "Nova Chance", com mais de 73 mil alunos em programa de recuperação paralela tendo chances reais de reversão de resultados ruins;
- "Prepara", com mais de 89 mil acessos a aulas de revisão ao vivo e chat antes das principais provas;
- Simulado AV1, com mais de 550 mil simulados realizados, oportunizando obtenção de pontos extras na primeira avaliação por meio de simulados realizados pelos alunos nas primeiras semanas de aula e;
- "Dependência", com mais de 11 mil alunos reprovados em disciplinas cursando a disciplina em dependência simultaneamente ao semestre subsequente, em menor tempo e sem impacto na sua progressão acadêmica quando aprovado.

Além disso, foram revisados os critérios de avaliação de diversas disciplinas e implantado o projeto piloto de avaliação formativa em 12 disciplinas que são compartilhadas entre cursos comuns a uma mesma área de conhecimento.

### Regulatório

#### Avaliação: ENADE e visitas in loco

O resultado dos cursos das Instituições da Estácio avaliados no ciclo ENADE 2018 foi publicado no Diário Oficial da União no dia 12 de dezembro de 2019. Dos 422 cursos (nas modalidades presencial e EAD), das áreas de conhecimento de Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas e áreas afins que não tenham cursos também avaliados no âmbito das licenciaturas, e Cursos Superiores de Tecnologia nas áreas de Gestão e Negócios, Apoio Escolar, Hospitalidade e Lazer, Produção Cultural e Design, avaliados com conceitos que variam em uma escala de faixa de 1 a 5, 92% obtiveram Conceito Preliminar de Curso (CPC) satisfatório.

Em relação ao Índice Geral de Cursos (IGC), 98% dos cursos das Instituições da Companhia obtiveram IGC satisfatório, em uma escala de 1 a 5.

Em relação às visitas *in loco*, igualmente relevante para a consolidação do modelo em termos regulatórios, das avaliações realizadas pelo MEC em todo o Brasil em 2019 (109 visitas para verificação de cursos e 5 visitas institucionais), 100% receberam notas satisfatórias, sendo que 94 (86%) dos cursos receberam notas 4 e 5 (excelência) em uma escala de 1 a 5.

### Avaliação: Mestrado e Doutorado

Em razão da periodicidade quadrinial, a boa avaliação nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* (cursos de mestrado e doutorado) vem sendo mantida, segundo a escala da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O Mestrado e Doutorado em Direito com a nota 5 é destaque no estado do Rio de Janeiro. A qualidade atestada pela nota 4 dos Mestrados e Doutorados em Educação e em Odontologia, a mesma avaliação dos Mestrados Profissionais em Administração e Desenvolvimento Empresarial e em Saúde da Família, indica a continuação da excelência desses cursos.

### Transformação da Organização Acadêmica das Instituições

Durante o ano de 2019, o MEC publicou as portarias de credenciamento de centro universitário, por transformação da organização acadêmica, das seguintes Instituições:

i) **Centro Universitário Estácio de Sergipe:** aprovado com nota 4 na visita de avaliação in loco (escala de 1 a 5), localizado no município de Aracaju, estado de Sergipe.

ii) **Centro Universitário Estácio São Luís:** aprovado com nota 4 na visita de avaliação in loco (escala de 1 a 5), localizado no município de São Luís, estado do Maranhão.

### Projeto Mais Médicos I – Edital nº 6/2014/SERES/MEC

**Faculdade Estácio de Juazeiro:** no dia 3 de setembro de 2019, foi publicada a Portaria de aumento de vagas de 55 vagas totais anuais para 155 vagas totais anuais do Curso de Medicina da Faculdade Estácio de Juazeiro, localizada no município de Juazeiro, no estado da Bahia.

### Projeto Mais Médicos II – Edital nº 1/2018/SERES/MEC

No dia 15 de outubro de 2019, foi publicada a Portaria nº 460/2019, que homologou o resultado final do Edital nº 1/2018/SERES/MEC em relação ao município de Iguatu/CE (credenciamento de campus fora de sede do Centro Universitário Estácio do Ceará e autorização de curso de Medicina), com a seleção da mantenedora IREP Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. para o município.

### Governança Corporativa

Qualidade, excelência de gestão, integridade empresarial, conformidade ética e disseminação do acesso à educação no país são compromissos da YDUQS com os seus acionistas e com todos os públicos com os quais interagimos.

Em novembro de 2008, quando ainda éramos apenas Estácio, aderimos ao Novo Mercado, o mais alto nível de Governança Corporativa do Brasil, em busca de maior transparência e eficiência de nossa Administração. Com isso, passou-se a observar as normas e condições previstas no Regulamento do Novo Mercado, tais como: capital social formado exclusivamente por ações ordinárias, eleição de membros independentes para o Conselho de Administração e solução de conflito através de arbitragem perante a Câmara de Arbitragem do Mercado.

A pulverização do capital ocorreu em outubro de 2010, e a partir do ano seguinte, a então Estácio passou a adotar a partir de 2011, práticas de governança, tais como: (i) disponibilização do Manual do Acionista para participação nas Assembleias Gerais (ii) associação ao Instituto Brasileiro de Governança Corporativa ("IBGC"), a partir de 2012; (iii) publicação anual do Relatório de Sustentabilidade, a partir de 2014, com adoção da metodologia da *Global Reporting Initiative* ("GRI") e suas Diretrizes G4, seguindo padrões internacionais de governança; (iv) publicação e constante atualização de Políticas Corporativas, como Política de Negociação de Valores Mobiliários (2007), Política de Ato e Fato Relevante (2007), Política Transações entre Partes Relacionadas (2015), Política de Gerenciamento de Riscos (2017, atualizado em 2018), Política de Remuneração (2018), Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e dos Comitês (2018), Política de Segurança da Informação (2017, atualizado em 2018), Código de Ética e de Conduta (2008, com a última atualizado em 2016) e Código Anticorrupção (2016), em conjunto denominadas Políticas Corporativas da Companhia.

A partir de 2017, considerando as novas regras de governança e *compliance* outorgadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pela B3 S.A. – Bolsa, Brasil, Balcão S.A. ("B3"), bem como as melhores práticas adotadas no mercado nacional e internacional, a Companhia passou e disseminar práticas de governança para todos os seus *stakeholders*, como por exemplo: (i) Campanhas institucionais internas periódicas de *compliance*; (ii) treinamentos periódicos aos Colaboradores e Administradores; (iii) atualização e criação de políticas corporativas, regimentos internos e códigos, divulgadas no website ([www.yduqs.com.br](http://www.yduqs.com.br)), no Portal de Governança da Companhia e nos sistemas dos agentes reguladores; (iv) transformação de Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração em estatutários; (v) criação de Comitês de Assessoramento à Diretoria; (vi) reformulação do escopo de atuação de auditoria interna e implementação de uma área de gerenciamento de riscos; (vii) criação de um Canal Confidencial de Denúncias; (viii) utilização e fidelização do Portal de Governança utilizados pelos Administradores da Companhia, pelos membros do Conselho Fiscal e pelos membros dos Comitês estatutários de assessoramento ao Conselho de Administração do Portal de Governança - um canal versátil, seguro, transparente e prático de acesso e guarda de informações da Companhia, bem como um meio de acompanhamento da agenda de reuniões, pautas, material de apoio, atas e relatórios da Companhia.

### Administração

A Administração da Companhia é composta pelos membros do Conselho de Administração e pela Diretoria e conta com o apoio de um Conselho Fiscal. Sua administração e gestão são pautadas pelos requisitos legais e regulamentares em vigor, incluindo o novo Regulamento do Novo Mercado.

O Conselho de Administração da YDUQS é atualmente composto por nove membros efetivos independentes, com mandato de dois anos, todos com reputação ilibada, expertise multidisciplinares nacional e internacional, diversidade de nacionalidade, de faixa etária e de formação acadêmica.

Os membros do Conselho de Administração são assessores por quatro comitês estatutários – o Comitê de Gente e Governança, o Comitê de Auditoria e Finanças, o Comitê de Acompanhamento de Performance e o Comitê Acadêmico, os quais seguem estritamente as regras de seus respectivos regimentos internos aprovados em Assembleia Geral. O Conselho de Administração, seus Comitês de assessoramento e a Diretoria são anualmente avaliados, em busca de adoção de práticas contínuas de melhorias.

A Diretoria Estatutária é composta por quatro executivos, com mandato de dois anos, todos com reputação ilibada, expertise multidisciplinar, diversidade de formação acadêmica, faixa etária e eleitos pelo Conselho de Administração, são eles: um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, um Diretor de Ensino e um Diretor Sem Designação Específica. Além dos membros da Diretoria Estatutária, a Diretoria Executiva é composta por outros quatro diretores executivos, responsáveis pelas áreas de Mercado, Relações Institucionais, Conteúdo Digital e Operações Corporativas.

O Conselho Fiscal, com mandato de um ano permitida a reeleição, é composto por três membros efetivos e o mesmo número de suplentes, todos independentes, com reputação ilibada, expertise de contabilidade societária, diversidade de faixa etária, sexo e formação acadêmica, cujas atribuições e poderes atendem aos requisitos legais e regulamentares, inclusive aqueles do novo Regulamento do Novo Mercado, do seu Regimento Interno e do Estatuto Social da Companhia, bem como as melhores práticas de mercado nacionais e internacionais.

### Mercado de Capitais

A YDUQS tem suas ações ordinárias negociadas no Novo Mercado da B3 sob o código "YDUQ3", a companhia também possui um programa de ADR nível I negociadas no mercado norte-americano sob o código "YDUQY". Em 2019, as ações da YDUQS encerraram ao valor de R\$47,50, um crescimento de 99,9% nos últimos doze meses, e um aumento de 40,2% se comparado com 24 meses anteriores. Neste mesmo período o Ibovespa apresentou uma valorização de 31,6% e 52,0% respectivamente. O volume financeiro médio diário de negociações das ações da YDUQS foi de R\$91,3 milhões, uma redução de 7,8% em relação ao anterior. A área de Relações com Investidores está focada em melhorar a avaliação da Companhia no mercado, aumentar a liquidez de suas ações e estreitar o relacionamento com seus investidores.

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

com bolsa de estudos nas modalidades presencial e a distância. Os cursos de EAD possibilitam aos membros do Time que não interrompam seus estudos em caso de viagens para competições e treinamentos.

### Estácio na Escola

A educação é um processo contínuo que tem forte efeito multidisciplinar e poder de transformação social. Para garantir que atinja seu fim e que não seja descontinuado, investimos em ações que estimulem e qualifiquem a realidade educacional do país, impactando alunos e professores dos ensinos médio e fundamental, sobretudo do ensino público. Atuamos em diversas frentes, dialogamos com as secretarias de educação, apoiamos escolas, promovemos a troca de experiência entre nossos professores e estudantes e estimulamos ações educativas transformadoras.

### Projeto de Alfabetização e Letramento de Adultos

Lançado em abril de 2018, o Projeto de Alfabetização e Letramento de Jovens e Adultos é oferecido em quatro Unidades do Rio de Janeiro – Queimados (Baixada Fluminense), Alcântara (Região Metropolitana), Via Brasil (em Irajá, Zona Norte do Rio) e Ilha do Governador (Zona Norte) – e em Carapicuíba (São Paulo), Taguatinga (Brasília) e Natal (Rio Grande do Norte). Em 2020, o projeto vai expandir para novas unidades no Rio de Janeiro (Nova América, na Zona Norte e Taquara na Zona Oeste), Resende (Sul Fluminense), além de Interlagos (São Paulo) e Aracaju (Sergipe).

Em 2019, desenvolvemos uma nova metodologia para o ensino-aprendizagem de leitura e escrita do projeto. Trata-se de um método híbrido que reúne atributos tanto do método analítico quanto do sintético, e considera os conhecimentos que o aluno possui e as suas características de descobertas, suas ideias e hipóteses sobre a funcionalidade da leitura e escrita. Por um período de quatro meses, os adultos e jovens tem aulas com docentes e estudantes dos cursos de Pedagogia e Licenciaturas – como Pedagogia, Letras, História, Geografia e Matemática. Pela nova metodologia, nas 140 horas de aula, 100 serão presenciais e 40 por ensino a distância, com o uso das metodologias de sala de aula invertida, recursos multimídia e jogos e aplicativos mobile. As turmas têm até 24 estudantes e, ao final do curso, os alunos deverão ser capazes de ler e escrever pequenos textos, com compreensão, além de resolver problemas matemáticos. Esse preparo é necessário para que os adultos possam ingressar no EJA (Educação de Jovens e Adultos). A ideia é que a iniciativa seja ampliada para demais estados. Em um país onde 7% da população ainda é analfabeta, um projeto como esse tem uma ousada meta: erradicar o analfabetismo nas comunidades do entorno das unidades da Estácio nos próximos anos.

### Estácio Cidadania

Acreditamos que a sociedade mais justa precisa investir no fortalecimento das práticas de cidadania. Este pilar se alinha na nossa missão de Educar para Transformar por meio de apoio a instituições, ONGs e outras parcerias na área de responsabilidade social. Apoiamos, com bolsa de estudo, jovens em situação de vulnerabilidade social, já assistidos pelas organizações parceiras. Com o Portal Estácio Voluntário ([www.estacio.br/voluntario](http://www.estacio.br/voluntario)), estimulamos o engajamento de nossos colaboradores docentes e administrativos, envolvendo-os de modo consistente em nossa missão.

### Estácio Cultura

A cultura tem um papel fundamental no processo de desenvolvimento da cidadania, na formação dos senso crítico e estético e na ampliação da visão do mundo dos indivíduos. Por acreditar que a cultura deve ser acessível para todos, a Estácio apoia projetos culturais que têm impacto positivo nas comunidades em que atua. O pilar Estácio Cultura ajuda a promover e a produzir, por meio de leis de incentivo fiscal, montagens teatrais, shows de música, exposições de artes plásticas, filmes e a publicação de livros, iniciativas que democratizam o acesso aos bens culturais e deixam um importante legado para as comunidades impactadas.

### Estácio Inovação & Empreendedorismo

Lançado em 2018, o pilar Inovação e Empreendedorismo busca promover soluções diferenciadas que reforcem a posição da Estácio como protagonista no seguimento de novas tecnologias para educação. A ideia é conectar a Instituição com os ecossistemas nacional e internacional de inovação e empreendedorismo, internalizando uma mentalidade voltada à cooperação e potenciais parcerias com outras organizações.

### Colaboradores

Os resultados obtidos em 2019 são também representados pelo engajamento de seus Colaboradores com o modelo de negócio e com a cultura organizacional da companhia. Com forte investimento no treinamento e desenvolvimento das equipes acadêmicas e de gestão, a Companhia encerrou o ano com 12.286 Colaboradores, sendo 7.215 docentes e 5.071 em áreas administrativas e de apoio ao ensino.

No total, a Companhia pagou em 2019 o equivalente a R\$1.246 bilhões em salários e encargos sociais.

O perfil da população de Colaboradores da Companhia, destaca-se pela sua diversidade de sexo e idade. A população é composta por 48% de homens e 52% de mulheres, considerando uma média geral de idade de 39 anos (incluindo administrativos, apoio e docentes). A distribuição por faixa etária (incluindo docentes) ocorre da seguinte forma: (i) 9% abaixo de 26 anos; (ii) 33% entre 26 e 35 anos; (iii) 32% entre 36 e 45 anos; (iv) 21% entre 46 e 60 anos; e (v) 5% acima de 60 anos. É exatamente a combinação dessas pessoas que contribuem para o atingimento de resultados cada vez melhores.

### Sistema de Gestão e Remuneração Variável

A Companhia conta com mais de 570 gestores com metas específicas baseadas em indicadores financeiros e não financeiros. Hoje, 100% dos colaboradores administrativos, exceto estagiários e terceiros, são elegíveis a programas de Remuneração Variável, de acordo com o desempenho da área e os resultados de toda a companhia. A Companhia conta ainda com programas de remuneração específicos para coordenadores de curso. Atualmente possui 67 executivos nos Planos de Incentivo de longo prazo.

A Companhia avança com o Programa de Excelência em Gestão – PEG, através do qual as unidades se avaliam em relação ao padrão de referência esperado para os processos nos pilares Atração de Alunos, Vida Acadêmica, Experiência com Aluno, Gestão de Talentos, Gestão Administrativa e Financeira e Percepção do Aluno. Em 2019, tivemos o oitavo ciclo de avaliações do PEG, reconhecendo e premiando as unidades que alcançaram o melhor desempenho.

Como parte do processo de acompanhamento constante de resultados, o Sistema de Gestão agrega além da reunião de Gestão de Desempenho de Operações (GDO), uma série de outras reuniões sistematizadas como a Gestão de Desempenho Acadêmico (GDA), com foco em Ensino.

A companhia conta ainda com um sistema *online* de Gestão da Padronização (SGP), que reúne informações sobre todos os Documentos Normativos da Companhia. A transparência nos processos, políticas e diretrizes institucionais, bem como a facilidade de acesso, auxiliam na execução de tarefas, estimulam o aprendizado e contribuem para a garantia da qualidade.

### Audidores independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, que trata da prestação de outros serviços pelos nossos auditores independentes, esclarecemos que nossa política de relacionamento com nossos auditores independentes relativa à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa, está subsidiada nos princípios que preservam a independência do auditor. Os auditores independentes da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. (“EY”) foram contratados para os serviços de auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, o valor total dos honorários devidos por este trabalho totalizou R\$1.558.147,00.

Serviço	Honorários	Prazo	Natureza
Auditoria	1.558.147,00	De abril 2019 a março 2020	Revisões trimestrais e exame das demonstrações financeiras de 2019
<b>TOTAL</b>	<b>1.558.147,00</b>		

### Cláusula Compromissória

A Estácio Participações S.A. (“Companhia”; “YDUQS”), está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme descrito no Artigo XII constante do Estatuto Social da Companhia.

### Agradecimentos

Todas as conquistas no decorrer de 2019 só foram possíveis graças ao apoio e à confiança, recebidos dos acionistas, alunos, fornecedores e instituições financeiras. A Administração da Companhia agradece, de forma especial, a dedicação e ao empenho de seus docentes e colaboradores. Muito obrigado!

**A Administração**

### Declaração da Diretoria Executiva

Em cumprimento ao art. 25, V e VII inc. da Instrução CVM 480/2009, os membros da Diretoria Executiva da Estácio Participações S.A. (“Companhia”; “YDUQS”), declaram, por unanimidade e sem dissidências, que revisaram, discutiram e concordam com o conteúdo das Demonstrações Financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no parecer emitido, sem ressalvas, pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., ambos relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2020.

**Eduardo Parente Menezes, Eduardo Haiama, Adriano Pistore e José Aroldo Alves Júnior.**

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma)

Ativo	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	74	146	12.251	13.686
Títulos e valores mobiliários (Nota 3)	208.478	239.672	596.861	804.360
Contas a receber (Nota 4)			759.622	571.854
Partes relacionadas (Nota 5)	22	478		
Despesas antecipadas (Nota 6)	283		7.034	6.034
Dividendos a receber	263.909	310.000		
Impostos e contribuições a recuperar (Nota 7)	3.840	2.145	80.050	135.810
Outros			19.866	18.883
	<u>476.606</u>	<u>552.441</u>	<u>1.475.684</u>	<u>1.550.627</u>
<b>Não circulante</b>				
<b>Realizável a longo prazo</b>				
Contas a receber (Nota 4)			261.600	139.198
Despesas antecipadas (Nota 6)			4.758	5.519
Depósitos judiciais (Nota 16)	216		76.090	81.702
Impostos diferidos (Nota 28)	308	111	163.025	136.576
Impostos e contribuições a recuperar (Nota 7)	36.552	41.210	176.425	102.247
Outros			11.934	11.441
	<u>37.076</u>	<u>41.321</u>	<u>693.832</u>	<u>476.683</u>
Investimentos				
Em controladas (Nota 8)	2.612.140	2.151.500		
Outros			338	228
Intangível (Nota 9)	780.139	780.189	1.610.416	1.413.820
Imobilizado (Nota 10)	11	15	1.732.222	661.105
	<u>3.392.290</u>	<u>2.931.704</u>	<u>3.342.976</u>	<u>2.075.153</u>
	<u>3.429.366</u>	<u>2.973.025</u>	<u>4.036.808</u>	<u>2.551.836</u>
	<u>3.905.972</u>	<u>3.525.466</u>	<u>5.512.492</u>	<u>4.102.463</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma)

Operações continuadas	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
<b>Operações continuadas</b>				
Receita líquida das atividades (Nota 22)			3.565.036	3.619.377
Custos dos serviços prestados (Nota 23)			(1.520.718)	(1.632.812)
			2.044.318	1.986.565
<b>Resultado bruto</b>				
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>				
Despesas comerciais (Nota 24)			(571.639)	(553.046)
Despesas gerais e administrativas (Nota 24)	(17.423)	(32.789)	(587.065)	(614.298)
Resultado da equivalência patrimonial (Nota 8)	697.500	700.681		
Outras receitas/despesas operacionais (Nota 25)	1.376	129	14.404	(472.14)
	<u>681.453</u>	<u>668.021</u>	<u>900.018</u>	<u>772.007</u>
<b>Resultado operacional</b>				
Receitas financeiras (Nota 26)			13.228	8.583
Despesas financeiras (Nota 26)	(48.738)	(36.649)	(341.231)	(211.156)
	<u>(35.510)</u>	<u>(28.066)</u>	<u>(242.090)</u>	<u>(118.827)</u>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>				
Imposto de renda corrente e diferido (Nota 28)			145	3.616
Contribuição social corrente e diferido (Nota 28)	52	1.302	(4.627)	(3.818)
	<u>646.140</u>	<u>644.873</u>	<u>646.140</u>	<u>644.873</u>
<b>Lucro líquido por lote de mil ações - básico (Nota 21)</b>	<u>2.15056</u>	<u>2.11358</u>	<u>2.15056</u>	<u>2.11358</u>
<b>Lucro líquido por lote de mil ações - diluído (Nota 21)</b>	<u>2.14927</u>	<u>2.10313</u>	<u>2.14927</u>	<u>2.10313</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma)

	Capital social		Gastos c/ emissão de ações	Incentivos de longo prazo	Ágio na subscrição de ações	Deságio na alienação de ações	Opções outorgadas	Reservas de capital		Reservas de lucro		Lucros acumulados	Total
	2019	2018						Legal	Retenção lucros	Ações em tesouraria	Lucros acumulados		
<b>Em 1º de janeiro de 2018</b>	1.130.818		(26.852)	304	595.464	(4.694)	72.907	114.429	1.025.335	(130.454)			2.777.257
Exercício de opções de ações							123						123
Aumento de capital (Nota 17 a)							8.946			(8.946)			
Opções outorgadas (Nota 20)										3.020			3.020
Plano de Outorga de Ações Restritas (Nota 20)										4.658			4.658
Deságio na alienação de ações em tesouraria (Nota 17d.3)						(3.289)					3.289		
Ações em tesouraria adquiridas (Nota 17)										(249.937)			(249.937)
Cancelamento de Ações em tesouraria (Nota 17 c)										(154.603)	15.858		
Pagamento de Stock options (Nota 20)											(400.000)		(400.000)
Dividendos intermediários (R\$ 1,33 por ação)										(51.286)			(51.286)
Adoção Novas práticas IFRS 09 (Nota 1.3)												644.873	644.873
Lucro líquido do exercício												644.873	644.873
Destinação do lucro líquido													
Constituição de reservas								32.244	459.472			(491.716)	(153.157)
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,52 por ação)												(153.157)	(153.157)
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	1.139.887		(26.852)	304	595.464	(7.983)	80.585	146.673	869.972	(206.641)			2.591.409
Opções outorgadas (Nota 20)							(961)						(1.265)
Plano de Outorga de Ações Restritas (Nota 19)				(304)			15.603						15.603
Deságio na alienação de ações em tesouraria (Nota 17d.3)						(2.855)					2.855		
Pagamento de Stock options (Nota 20)											5.731		5.731
Pagamento Outorga de Ações Restritas (Nota 20)											4.024		(1.808)
Lucro líquido do exercício												646.140	646.140
Destinação do lucro líquido													
Constituição de reservas								32.307	460.375			(492.682)	(153.458)
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,52 por ação)												(153.458)	(153.458)
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	1.139.887		(26.852)		595.464	(10.838)	89.395	178.980	1.330.347	(194.031)			3.102.352

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro líquido do exercício	646.140	644.873	646.140	644.873
Outros resultados abrangentes				
Total de resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	646.140	644.873	646.140	644.873
Atribuível a:				
Acionistas controladores	646.140	644.873	646.140	644.873
Acionistas não controladores				

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
<b>Recargas</b>				
Serviços educacionais			3.700.808	3.767.467
Outras recargas			3.529	6.626
Provisão para devedores duvidosos			(308.135)	(333.699)
			<u>3.396.202</u>	<u>3.440.394</u>
<b>Insuportos adquiridos de terceiros</b>				
Materiais, energia e serviço de terceiros	(11.705)	(14.545)	(653.606)	(641.783)
Contingências	(162)	(110)	(66.324)	(103.222)
	<u>(11.867)</u>	<u>(14.655)</u>	<u>(719.930)</u>	<u>(745.005)</u>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<u>(11.867)</u>	<u>(14.655)</u>	<u>2.676.272</u>	<u>2.695.389</u>
Depreciação e amortização	(54)	(13.092)	(360.949)	(195.385)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	<u>(11.921)</u>	<u>(27.747)</u>	<u>2.315.323</u>	<u>2.500.004</u>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>				
Resultado de equivalência patrimonial	697.500	700.681		
Receita financeira	13.228	8.583	99.141	92.329
Outras	107	(2.455)	15.989	10.661
	<u>710.835</u>			

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma)

**1. Informações gerais**

**1.1. Contexto operacional**  
A Estácio Participações S.A. ("Estácio" ou "Companhia" ou "Grupo") e suas controladas (conjuntamente, o "Grupo") têm como atividades preponderantes o desenvolvimento e/ou administração de atividades e/ou instituições nas áreas de educação de nível superior, educação profissional e/ou outras áreas associadas à educação, a administração de bens e negócios próprios, e a participação, como sócio ou acionista, em outras sociedades simples ou empresariais, no Brasil. A Companhia é uma sociedade anônima com sede localizada na Avenida Venezuela, 43, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, constituída por subscrição particular de ações em 31 de março de 2007, e atualmente listada no Novo Mercado.

O Grupo possui vinte e três empresas, incluindo a Estácio Participações, sendo vinte mantenedoras de instituições de ensino superior, constituídas sob a forma de sociedades empresariais de responsabilidade limitada, e reúne uma Universidade, treze Centros Universitários e cinquenta e três Faculdades, credenciadas e distribuídas em vinte e três estados do país e no Distrito Federal. Em reunião realizada em 11 de julho de 2019, o Conselho de Administração da Estácio Participações S.A. deliberou a criação de nova marca para a Companhia, que passou a ser conhecida como **YDUQS**.

A alteração da marca da *holding* possibilita uma melhor utilização de recursos em negócios já existentes, além da construção de posicionamentos diferentes por meio de novas marcas e o desenvolvimento de novas unidades de negócios. Em 21 de outubro de 2019 a Companhia divulgou fato relevante informando que a Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá LTDA ("SESES") assinou em 18 de outubro de 2019, instrumento particular de compra e venda para adquirir a totalidade das quotas da Adtalem Brasil Holding S.A. ("Adtalem"), respectivamente, pelo valor de R\$1,92 bilhão (Enterprise Value) ("EV"), acrescido da posição líquida pro forma da caixa da Adtalem de R\$ 305 milhões, em 30 de junho de 2019. O pagamento do valor total será realizado à vista na data de fechamento. O valor da transação contempla um mecanismo de *locked-box* em que todo o caixa gerado pelas operações da Adtalem entre 30 de junho de 2019 até a data de fechamento permanecerá no caixa da companhia adquirida. O preço da transação será pago com recursos próprios e financiamentos. A conclusão da transação servirá como suporte à aprovação dos acionistas da Companhia, mas está sujeita a condições precedentes usuais e à aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. Em 14 de novembro de 2019, a Companhia adquiriu a totalidade das quotas da Sociedade de Ensino Superior Toledo Ltda. ("UnToledo"), através de sua subsidiária direta Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. ("SESES"), pelo montante de R\$ 112.646 (Nota 1.5).

A denominação social Estácio Participações S.A. não será alterada e a marca Estácio permanecerá servindo as operações atuais no segmento de educação superior. As ações de emissão da Companhia passaram a ser negociadas na B3 sob novo código de negociação ("YDUQ3") em substituição ao "ESTC3" e o novo nome de pregão ("YDUQS PART"). Adicionalmente, os ADRs negociados no mercado norte-americano passaram a ser negociados sob o código "YDUQUY" em substituição ao "EPCPY".

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 12 de março de 2020, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras (controladora e consolidado).

**1.2. Base de preparação**  
As demonstrações financeiras (controladora e consolidado) foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras (controladora e consolidado), e somente láis, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras (controladora e consolidado) estão apresentadas na Nota 2.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras incluem: provisão para crédito de liquidação duvidosa, perda (*impairment*) do ágio, transações com pagamentos baseados em ações, provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas, e vida útil dos ativos (Nota 2.21).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis.

**1.3. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações**

**Normas novas que estão em vigor a partir de 2019**  
A partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia e o VM e está em vigor para o exercício de 2019: IFRS 16/CPCC 06 (R2) - "Operações de Arrendamento Mercantil": A IFRS 16 entrou em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substituiu o IAS 17/CPCC 06 (R1) - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. Com essa nova norma os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, créditos fiscais não utilizados e aluguéis de curto prazo ou de pequenos montantes. Foi concluído o estudo dos impactos dessa nova norma nas demonstrações financeiras, que incluiu: (i) uma estimativa do prazo de arrendamento, considerando período não cancelável e os períodos cobertos por opções de extensão do prazo do contrato, quando o exercício depende apenas da Companhia e esse exercício é razoavelmente certo; (ii) revisão detalhada da natureza dos diversos contratos de arrendamento inerentes à educação; (iii) utilização de determinadas premissas para calcular taxa de desconto, que foi baseada na taxa incremental de juros para o período do contrato; e (iv) outros.

A Companhia adotou a nova prática a partir de 1º de janeiro de 2019 pelo método de cálculo retrospectivo modificado (simplificado), calculando o valor presente nesta data e não fará reapresentação de informações comparativas, como permitido pela norma.

Segundo entendimento manifestado pela CVM no Ofício circular /CVM/SNC/SEP n.º 02/2020 sobre o CPC 06 (R2) – IFRS 16, para o cálculo a valor presente dos pagamentos mensais, a Companhia adotou taxas entre o intervalo de 8,59% e 10,19%(a.a), as quais variam conforme o prazos arrendamentos.

O aumento do passivo de arrendamento é decorrente do reconhecimento do direito de uso dos ativos, que resulta a adição da dívida líquida da Companhia. A depreciação e os juros são reconhecidos na demonstração do resultado como uma substituição das despesas de arrendamento operacional ("aluguel").

Quadro comparativo com os efeitos do IFRS16:

	2019	Efeitos da adoção do IFRS 16 (sem IFRS 16)	2019
Ativo			
Imobilizado	1.732.222	(970.394)	761.828
Passivo			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	(170.054)	137.701	(32.353)
Exigível a longo prazo			
Empréstimos e financiamentos	(1.481.598)	870.919	(610.679)
Resultado			
Despesa/Custo de depreciação	(360.949)	163.984	(196.965)
Despesa/Custo de aluguel	(341.231)		(241)
Ativos financeiros	92.650		(248.581)
<b>IFRS 23/ICPC 22 - "Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro":</b> A interpretação ICPC 22 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A Administração da Companhia deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e aluguéis fiscais determinados, aplicando esta interpretação.			
Foi concluído o estudo dos impactos dessa nova norma nas demonstrações financeiras, que incluiu: (i) uma estimativa do prazo de arrendamento, considerando período não cancelável e os períodos cobertos por opções de extensão do prazo do contrato, quando o exercício depende apenas da Companhia e esse exercício é razoavelmente certo; (ii) revisão detalhada da natureza dos diversos contratos de arrendamento inerentes à educação; (iii) utilização de determinadas premissas para calcular taxa de desconto, que foi baseada na taxa incremental de juros para o período do contrato; e (iv) outros.			
A Companhia adotou a nova prática a partir de 1º de janeiro de 2019 pelo método de cálculo retrospectivo modificado (simplificado), calculando o valor presente nesta data e não fará reapresentação de informações comparativas, como permitido pela norma.			
Segundo entendimento manifestado pela CVM no Ofício circular /CVM/SNC/SEP n.º 02/2020 sobre o CPC 06 (R2) – IFRS 16, para o cálculo a valor presente dos pagamentos mensais, a Companhia adotou taxas entre o intervalo de 8,59% e 10,19%(a.a), as quais variam conforme o prazos arrendamentos.			
O aumento do passivo de arrendamento é decorrente do reconhecimento do direito de uso dos ativos, que resulta a adição da dívida líquida da Companhia. A depreciação e os juros são reconhecidos na demonstração do resultado como uma substituição das despesas de arrendamento operacional ("aluguel").			
Quadro comparativo com os efeitos do IFRS16:			
	2019	Efeitos da adoção do IFRS 16 (sem IFRS 16)	2019
Ativo			
Imobilizado	1.732.222	(970.394)	761.828
Passivo			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	(170.054)	137.701	(32.353)
Exigível a longo prazo			
Empréstimos e financiamentos	(1.481.598)	870.919	(610.679)
Resultado			
Despesa/Custo de depreciação	(360.949)	163.984	(196.965)
Despesa/Custo de aluguel	(341.231)		(241)
Ativos financeiros	92.650		(248.581)
<b>IFRS 23/ICPC 22 - "Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro":</b> A interpretação ICPC 22 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A Administração da Companhia deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e aluguéis fiscais determinados, aplicando esta interpretação.			
Foi concluído o estudo dos impactos dessa nova norma nas demonstrações financeiras, que incluiu: (i) uma estimativa do prazo de arrendamento, considerando período não cancelável e os períodos cobertos por opções de extensão do prazo do contrato, quando o exercício depende apenas da Companhia e esse exercício é razoavelmente certo; (ii) revisão detalhada da natureza dos diversos contratos de arrendamento inerentes à educação; (iii) utilização de determinadas premissas para calcular taxa de desconto, que foi baseada na taxa incremental de juros para o período do contrato; e (iv) outros.			
A Companhia adotou a nova prática a partir de 1º de janeiro de 2019 pelo método de cálculo retrospectivo modificado (simplificado), calculando o valor presente nesta data e não fará reapresentação de informações comparativas, como permitido pela norma.			
Segundo entendimento manifestado pela CVM no Ofício circular /CVM/SNC/SEP n.º 02/2020 sobre o CPC 06 (R2) – IFRS 16, para o cálculo a valor presente dos pagamentos mensais, a Companhia adotou taxas entre o intervalo de 8,59% e 10,19%(a.a), as quais variam conforme o prazos arrendamentos.			
O aumento do passivo de arrendamento é decorrente do reconhecimento do direito de uso dos ativos, que resulta a adição da dívida líquida da Companhia. A depreciação e os juros são reconhecidos na demonstração do resultado como uma substituição das despesas de arrendamento operacional ("aluguel").			
Quadro comparativo com os efeitos do IFRS16:			
	2019	Efeitos da adoção do IFRS 16 (sem IFRS 16)	2019
Ativo			
Imobilizado	1.732.222	(970.394)	761.828
Passivo			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	(170.054)	137.701	(32.353)
Exigível a longo prazo			
Empréstimos e financiamentos	(1.481.598)	870.919	(610.679)
Resultado			
Despesa/Custo de depreciação	(360.949)	163.984	(196.965)
Despesa/Custo de aluguel	(341.231)		(241)
Ativos financeiros	92.650		(248.581)
<b>IFRS 23/ICPC 22 - "Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro":</b> A interpretação ICPC 22 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A Administração da Companhia deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e aluguéis fiscais determinados, aplicando esta interpretação.			
Foi concluído o estudo dos impactos dessa nova norma nas demonstrações financeiras, que incluiu: (i) uma estimativa do prazo de arrendamento, considerando período não cancelável e os períodos cobertos por opções de extensão do prazo do contrato, quando o exercício depende apenas da Companhia e esse exercício é razoavelmente certo; (ii) revisão detalhada da natureza dos diversos contratos de arrendamento inerentes à educação; (iii) utilização de determinadas premissas para calcular taxa de desconto, que foi baseada na taxa incremental de juros para o período do contrato; e (iv) outros.			
A Companhia adotou a nova prática a partir de 1º de janeiro de 2019 pelo método de cálculo retrospectivo modificado (simplificado), calculando o valor presente nesta data e não fará reapresentação de informações comparativas, como permitido pela norma.			
Segundo entendimento manifestado pela CVM no Ofício circular /CVM/SNC/SEP n.º 02/2020 sobre o CPC 06 (R2) – IFRS 16, para o cálculo a valor presente dos pagamentos mensais, a Companhia adotou taxas entre o intervalo de 8,59% e 10,19%(a.a), as quais variam conforme o prazos arrendamentos.			
O aumento do passivo de arrendamento é decorrente do reconhecimento do direito de uso dos ativos, que resulta a adição da dívida líquida da Companhia. A depreciação e os juros são reconhecidos na demonstração do resultado como uma substituição das despesas de arrendamento operacional ("aluguel").			
Quadro comparativo com os efeitos do IFRS16:			
	2019	Efeitos da adoção do IFRS 16 (sem IFRS 16)	2019
Ativo			
Imobilizado	1.732.222	(970.394)	761.828
Passivo			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	(170.054)	137.701	(32.353)
Exigível a longo prazo			
Empréstimos e financiamentos	(1.481.598)	870.919	(610.679)
Resultado			
Despesa/Custo de depreciação	(360.949)	163.984	(196.965)
Despesa/Custo de aluguel	(341.231)		(241)
Ativos financeiros	92.650		(248.581)
<b>IFRS 23/ICPC 22 - "Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro":</b> A interpretação ICPC 22 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A Administração da Companhia deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e aluguéis fiscais determinados, aplicando esta interpretação.			
Foi concluído o estudo dos impactos dessa nova norma nas demonstrações financeiras, que incluiu: (i) uma estimativa do prazo de arrendamento, considerando período não cancelável e os períodos cobertos por opções de extensão do prazo do contrato, quando o exercício depende apenas da Companhia e esse exercício é razoavelmente certo; (ii) revisão detalhada da natureza dos diversos contratos de arrendamento inerentes à educação; (iii) utilização de determinadas premissas para calcular taxa de desconto, que foi baseada na taxa incremental de juros para o período do contrato; e (iv) outros.			
A Companhia adotou a nova prática a partir de 1º de janeiro de 2019 pelo método de cálculo retrospectivo modificado (simplificado), calculando o valor presente nesta data e não fará reapresentação de informações comparativas, como permitido pela norma.			
Segundo entendimento manifestado pela CVM no Ofício circular /CVM/SNC/SEP n.º 02/2020 sobre o CPC 06 (R2) – IFRS 16, para o cálculo a valor presente dos pagamentos mensais, a Companhia adotou taxas entre o intervalo de 8,59% e 10,19%(a.a), as quais variam conforme o prazos arrendamentos.			
O aumento do passivo de arrendamento é decorrente do reconhecimento do direito de uso dos ativos, que resulta a adição da dívida líquida da Companhia. A depreciação e os juros são reconhecidos na demonstração do resultado como uma substituição das despesas de arrendamento operacional ("aluguel").			
Quadro comparativo com os efeitos do IFRS16:			
	2019	Efeitos da adoção do IFRS 16 (sem IFRS 16)	2019
Ativo			
Imobilizado	1.732.222	(970.394)	761.828
Passivo			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	(170.054)	137.701	(32.353)
Exigível a longo prazo			
Empréstimos e financiamentos	(1.481.598)	870.919	(610.679)
Resultado			
Despesa/Custo de depreciação	(360.949)	163.984	(196.965)
Despesa/Custo de aluguel	(341.231)		(241)
Ativos financeiros	92.650		(248.581)
<b>IFRS 23/ICPC 22 - "Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro":</b> A interpretação ICPC 22 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A Administração da Companhia deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e aluguéis fiscais determinados, aplicando esta interpretação.			
Foi concluído o estudo dos impactos dessa nova norma nas demonstrações financeiras, que incluiu: (i) uma estimativa do prazo de arrendamento, considerando período não cancelável e os períodos cobertos por opções de extensão do prazo do contrato, quando o exercício depende apenas da Companhia e esse exercício é razoavelmente certo; (ii) revisão detalhada da natureza dos diversos contratos de arrendamento inerentes à educação; (iii) utilização de determinadas premissas para calcular taxa de desconto, que foi baseada na taxa incremental de juros para o período do contrato; e (iv) outros.			
A Companhia adotou a nova prática a partir de 1º de janeiro de 2019 pelo método de cálculo retrospectivo modificado (simplificado), calculando o valor presente nesta data e não fará reapresentação de informações comparativas, como permitido pela norma.			
Segundo entendimento manifestado pela CVM no Ofício circular /CVM/SNC/SEP n.º 02/2020 sobre o CPC 06 (R2) – IFRS 16, para o cálculo a valor presente dos pagamentos mensais, a Companhia adotou taxas entre o intervalo de 8,59% e 10,19%(a.a), as quais variam conforme o prazos arrendamentos.			
O aumento do passivo de arrendamento é decorrente do reconhecimento do direito de uso dos ativos, que resulta a adição da dívida líquida da Companhia. A depreciação e os juros são reconhecidos na demonstração do resultado como uma substituição das despesas de arrendamento operacional ("aluguel").			
Quadro comparativo com os efeitos do IFRS16:			
	2019	Efeitos da adoção do IFRS 16 (sem IFRS 16)	2019
Ativo			
Imobilizado	1.732.222	(970.394)	761.828
Passivo			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	(170.054)	137.701	(32.353)
Exigível a longo prazo			
Empréstimos e financiamentos	(1.481.598)	870.919	(610.679)
Resultado			
Despesa/Custo de depreciação	(360.949)	163.984	(196.965)
Despesa/Custo de aluguel	(341.231)		(241)
Ativos financeiros	92.650		(248.581)
<b>IFRS 23/ICPC 22 - "Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro":</b> A interpretação ICPC 22 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A Administração da Companhia deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e aluguéis fiscais determinados, aplicando esta interpretação.			
Foi concluído o estudo dos impactos dessa nova norma nas demonstrações financeiras, que incluiu: (i) uma estimativa do prazo de arrendamento, considerando período não cancelável e os períodos cobertos por opções de extensão do prazo do contrato, quando o exercício depende apenas da Companhia e esse exercício é razoavelmente certo; (ii) revisão detalhada da natureza dos diversos contratos de arrendamento inerentes à educação; (iii) utilização de determinadas premissas para calcular taxa de desconto, que foi baseada na taxa incremental de juros para o período do contrato; e (iv) outros.			
A Companhia adotou a nova prática a partir de 1º de janeiro de 2019 pelo método de cálculo retrospectivo modificado (simplificado), calculando o valor presente nesta data e não fará reapresentação de informações comparativas, como permitido pela norma.			
Segundo entendimento manifestado pela CVM no Ofício circular /CVM/SNC/SEP n.º 02/2020 sobre o CPC 06 (R2) – IFRS 16, para o cálculo a valor presente dos pagamentos mensais, a Companhia adotou taxas entre o intervalo de 8,59% e 10,19%(a.a), as quais variam conforme o prazos arrendamentos.			
O aumento do passivo de arrendamento é decorrente do reconhecimento do direito de uso dos ativos, que resulta a adição da dívida líquida da Companhia. A depreciação e os juros são reconhecidos na demonstração do resultado como uma substituição das despesas de arrendamento operacional ("aluguel").			
Quadro comparativo com os efeitos do IFRS16:			
	2019	Efeitos da adoção do IFRS 16 (sem IFRS 16)	2019
Ativo			
Imobilizado	1.732.222	(970.394)	761.828
Passivo			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	(170.054)	137.701	(32.353)
Exigível a longo prazo			
Empréstimos e financiamentos	(1.481.598)	870.919	(610.679)
Resultado			
Despesa/Custo de depreciação	(360.949)	163.984	(196.965)
Despesa/Custo de aluguel	(341.231)		(241)
Ativos financeiros	92.650		(248.581)
<b>IFRS 23/ICPC 22 - "Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro":</b> A interpretação ICPC 22 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A Administração da Companhia deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e aluguéis fiscais determinados, aplicando esta interpretação.			
Foi concluído o estudo dos impactos dessa nova norma nas demonstrações financeiras, que incluiu: (i) uma estimativa do prazo de arrendamento, considerando período não cancelável e os períodos cobertos por opções de extensão do prazo do contrato, quando o exercício depende apenas da Companhia e esse exercício é razoavelmente certo; (ii) revisão detalhada da natureza dos diversos contratos de arrendamento inerentes à educação; (iii) utilização de determinadas premissas para calcular taxa de desconto, que foi baseada na taxa incremental de juros para o período do contrato; e (iv) outros.			
A Companhia adotou a nova prática a partir de 1º de janeiro de 2019 pelo método de cálculo retrospectivo modificado (simplificado), calculando o valor presente nesta data e não fará reapresentação de informações comparativas, como permitido pela norma.			
Segundo entendimento manifestado pela CVM no Ofício circular /CVM/SNC/SEP n.º 02/2020 sobre o CPC 06 (R2) – IFRS 16, para o cálculo a valor presente dos pagamentos mensais, a Companhia adotou taxas entre o intervalo de 8,59% e 10,19%(a.a), as quais variam conforme o prazos arrendamentos.			
O aumento do passivo de arrendamento é decorrente do reconhecimento do direito de uso dos ativos, que resulta a adição da dívida líquida da Companhia. A depreciação e os juros são reconhecidos na demonstração do resultado como uma substituição das despesas de arrendamento operacional ("aluguel").			
Quadro comparativo com os efeitos do IFRS16:			
	2019	Efeitos da adoção do IFRS 16 (sem IFRS 16)	2019
Ativo			
Imobilizado	1.732.222	(970.394)	761.828
Passivo			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	(170.054)	137.701	(32.353)
Exigível a longo prazo			
Empréstimos e financiamentos	(1.481.598)	870.919	(610.679)
Resultado			
Despesa/Custo de depreciação	(360.949)	163.984	(196.965)
Despesa/Custo de aluguel	(341.231)		(241)
Ativos financeiros	92.650		(248.581)
<b>IFRS 23/ICPC 22 - "Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro":</b> A interpretação ICPC 22 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A Administração da Companhia deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e aluguéis fiscais determinados, aplicando esta interpretação.			
Foi concluído o estudo dos impactos dessa nova norma nas demonstrações financeiras, que incluiu: (i) uma estimativa do prazo de arrendamento, considerando período não cancelável e os períodos cobertos por opções de extensão do prazo do contrato, quando o exercício depende apenas da Companhia e esse exercício é razoavelmente certo; (ii) revisão detalhada da natureza dos diversos contratos de arrendamento inerentes à educação; (iii) utilização de determinadas premissas para calcular taxa de desconto, que foi baseada na taxa incremental de juros para o período do contrato; e (iv) outros.			
A Companhia adotou a nova prática a partir de 1º de janeiro de 2019 pelo método de cálculo retrospectivo modificado (simplificado), calculando o valor presente nesta data e não fará reapresentação de informações comparativas, como permitido pela norma.			
Segundo entendimento manifestado pela CVM no Ofício circular /CVM/SNC/SEP n.º 02/2020 sobre o CPC 06 (R2) – IFRS 16, para o cálculo a valor presente dos pagamentos mensais, a Companhia adotou taxas entre o intervalo de 8,59% e 10,19%(a.a), as quais variam conforme o prazos arrendamentos.			
O aumento do passivo de arrendamento é decorrente do reconhecimento do direito de uso dos ativos, que resulta a adição da dívida líquida da Companhia. A depreciação e os juros são reconhecidos na demonstração do resultado como uma substituição das despesas de arrendamento operacional ("aluguel").			
Quadro comparativo com os efeitos do IFRS16:			
	2019	Efeitos da adoção do IFRS 16 (sem IFRS 16)	2019
Ativo			
Imobilizado	1.73		



ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S/A  
CNPJ: 08.807.432/0001-10

Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal) e na reserva de ágio, se aplicável, quando as opções são exercidas.

Além do Plano de Opção de Compra de Ações, a Companhia reconhece a criação de um Plano de Outorga de Ações Restritas, conforme contemplado na remuneração global anual dos Administradores da Companhia.

**2.18. Participação nos lucros**  
O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. O Grupo reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (constructive obligation).

**2.19. Resultado por ação**  
A Companhia efetua os cálculos do resultado por lote de mil ações - utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme Pronunciamento Técnico CPC 41 (IAS 33). (Nota 21)  
O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em aberto. A quantidade de ações assim calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações em circulação, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

**2.20. Capital social**  
As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.  
Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. Quando alguma empresa do Grupo compra ações do capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou remittidas. Quando essas ações são subsequentemente remittidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

**2.21. Reconhecimento da receita, custos e despesas**  
As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.  
**(a) Receita de serviços**  
A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviço de atividade de ensino curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos das devoluções, dos cancelamentos, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

**(b) Receitas e despesas financeiras**  
As receitas e despesas financeiras incluem principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras, despesas com juros sobre financiamentos, ganhos e perdas com avaliação ao valor justo, de acordo com a classificação do título, além das variações cambiais e monetárias líquidas.  
**2.22. Estimativas e julgamentos contábeis críticos**  
**Julgamentos críticos aplicados das políticas contábeis**  
A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

**Estimativas e premissas contábeis críticas**  
A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

**(i) Impairment do ágio**  
Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (impairment), no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.8. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas a seguir:

	Em percentuais	
	2019	2018
Margem bruta média (i)	53,5	54,6
Taxa de crescimento (ii)	5	5
Taxa de desconto (iii)	13,7	12,4
(i) Margem bruta orçada média.		
(ii) Taxa de crescimento média ponderada, usada para extrapolar os fluxos de caixa após o período orçado.		
(iii) Taxa de desconto antes do imposto, aplicada às projeções do fluxo de caixa.		

**(ii) Transações com pagamentos baseados em ações**  
A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e as correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 20(b).

A Companhia possui o Programa Especial de Incentivo de Longo Prazo para Diretores Estatutários "ILP" tinha como beneficiários exclusivos os diretores estatutários da Estácio, e foi estruturado sob a forma de remuneração variável, cujo valor dependia do valor de mercado de suas ações. A remuneração, no âmbito do presente Programa, foi paga em 4 (quatro) parcelas anuais, e calculada multiplicando-se a determinada quantidade de ações pelo valor de mercado das mesmas no último pregão da Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros do exercício social imediatamente anterior ao exercício social em que ocorreu cada pagamento.

**(iii) Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas**  
A Companhia reconhece provisões para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis e as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

**(iv) Vida útil dos ativos**  
A Companhia revisa anualmente a vida útil econômica dos seus ativos, tendo como base laudos de avaliadores externos. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no saldo de vida útil remanescente.

**(v) Provisão para crédito de liquidação duvidosa**  
A partir de 1º de janeiro de 2018 a PCLD passou a ser calculada de acordo com as diretrizes do IFRS 9 - CPC 48. Como consequência da adoção da norma, a Companhia passou a mensurar a provisão para crédito de liquidação duvidosa com base na perda esperada e não mais com base na perda incorrida. A Companhia optou por utilizar o expediente prático previsto na norma, e aplicou o modelo simplificado na mensuração da perda esperada para a vida toda do contrato, através da utilização de dados históricos e da segmentação da carteira de recebíveis em grupos que possuem o mesmo padrão de recebimento e os mesmos prazos de vencimento.

**2.23. Demonstrações dos fluxos de caixa**  
As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 R2 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC (IASB).

**2.24. Demonstração do valor adicionado ("DVA")**  
Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis à companhias abertas. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 09. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas, menos os custos adquiridos de terceiros e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de credores de terceiros e remuneração de capitais próprios.

**2.25. Informações por segmento**  
As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria de Alocção, também responsável pela tomada das decisões estratégicas do Grupo.  
Em função da concentração de suas atividades na atividade de ensino superior, a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os cursos oferecidos pela Companhia, embora sejam destinados a um público diverso, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa e bancos	74	146	12.251	13.686
Caixa e equivalentes de caixa	74	146	12.251	13.686
Títulos Públicos Federal (Fundos exclusivos)	128.912	195.159	366.116	636.380
LFs (Fundos exclusivos)	62.953	30.809	178.787	100.463
CDB	14.400	8.640	43.303	49.630
CDB (Fundos exclusivos)	2.176	38	6.179	125
Compromissada (Fundos exclusivos)	-	4.996	-	16.290
Títulos Públicos (Fundos exclusivos)	37	30	2.476	1.457
Título de capitalização	-	-	-	15
Títulos e valores mobiliários	208.478	239.672	596.861	804.360

A Companhia possui uma política de investimentos que determina que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha. Em 31 de dezembro de 2019, as operações foram remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com exceção dos títulos públicos, que são indexados à Selic e taxas pré-fixadas.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a totalidade dos títulos e valores mobiliários da Companhia classificam-se como "valor justo por meio do resultado".  
As aplicações em fundos exclusivos são lastreadas por alocações financeiras em cotas de fundos, CDBs, LFs, títulos públicos, operações compromissadas de bancos e emissores de primeira linha. A remuneração média dos fundos de investimento em 31 de dezembro de 2019 foi de 96,74% do CDI com uma rentabilidade média no ano de 2019 de 98,55% do CDI (em 31 de dezembro de 2018 a rentabilidade média anual foi de 98,59% do CDI).  
Os Certificados de Depósitos Bancários - CDB são remunerados pelo CDI com taxa média de 98,95% em 31 de dezembro de 2019 (98,93% 31 de dezembro de 2018).  
A Companhia não possui ativos financeiros descontinuados e operações com derivativos. As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de liquidez e de mercado estão incluídas na Nota 18.

	Consolidado		Perda com Investimento		Perda com Investimento	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Mensalidades de alunos	1.057.226	846.526	-	-	-	-
FIES (a)	295.598	153.786	-	-	-	-
Convênios e permutas	11.730	23.283	-	-	-	-
Cartões a receber (b)	91.130	73.769	-	-	-	-
Acordos a receber	71.554	72.689	-	-	-	-
PCLD	1.527.238	1.170.055	-	-	-	-
Valores a identificar	(471.190)	(402.846)	-	-	-	-
(-) Ajuste a valor presente (c)	(27.442)	(45.019)	-	-	-	-
Ativo circulante	1.021.222	711.052	-	-	-	-
Ativo não circulante	759.622	571.854	-	-	-	-
	261.600	139.198	-	-	-	-
	1.021.222	711.052	-	-	-	-

O saldo dos valores a receber a longo prazo em 31 de dezembro de 2019 está relacionado ao PAR

	Consolidado		Perda com Investimento		Perda com Investimento	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
SESES	610.677	2.376.452	982.031	1.394.421	1.394.421	445.149
IREP	526.272	1.577.310	520.617	1.056.693	62.442	168.616
NACP	16.614	4.284	860	3.424	3.424	(801)
Editora (i)	251	32	67	(35)	5	
Estácio Ribeirão Preto	23.837	225.094	127.704	97.390	(2.230)	84.536
	4.183.172	1.631.279	2.551.893	62.447	(2.230)	697.500

	Consolidado		Perda com Investimento		Perda com Investimento	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
SESES	610.677	1.640.235	601.784	1.038.451	1.038.451	376.058
IREP	515.080	1.205.630	228.027	977.603	62.442	246.018
NACP	15.699	4.030	1.170	2.860	2.860	(1.764)
Editora (i)	251	31	66	(35)	5	
Estácio Ribeirão Preto	23.837	127.381	55.007	72.374	(2.230)	70.144
	2.977.307	886.054	2.091.253	62.447	(2.230)	700.681

(i) Provisão para passivo a descoberto registrado na conta "Outros" do passivo não circulante da controladora.  
O quadro a seguir representa a movimentação global dos investimentos em controladas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

(Programa de Parcelamento Estácio) e DIS (Diluição de mensalidade). A composição por idade é a seguinte:

	Consolidado	
	2019	2018
2020	-	19.136
2021	145.489	40.241
2022	129.720	139.746
2023 a 2024	128.304	70.251
(-) Ajuste a valor presente (c)	(27.442)	(45.019)
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(114.471)	(85.157)
Ativo não circulante	261.600	139.198

O PAR é a modalidade de parcelamento oferecido pela Estácio aos seus alunos, onde o aluno pode parcelar até 70% do valor das mensalidades, para pagamento a partir do 1º mês subsequente a conclusão do curso, atualizado monetariamente pelo IPCA.  
O DIS é a modalidade de pagamento do valor de R\$ 49,00 nas primeiras mensalidades, e a diluição da diferença para o valor integral das mensalidades sem bolsas e/ou benefícios, em número de parcelas correspondentes ao prazo de duração previsto para a matriz curricular mínima regular conclusão do curso, atualizado mensalmente pelo IPCA.

(a) As contas a receber do FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) estão representadas pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto à Caixa Econômica Federal - CEF e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, sendo os recursos financeiros, repassados pela CEF e Banco do Brasil em conta corrente bancária específica. O referido montante tem sido utilizado para pagamento das contribuições previdenciárias e impostos federais, bem como convertidos em caixa por meio de leilões dos títulos do Tesouro Nacional.  
(i) Para alunos FIES com fiador foi constituída provisão para o percentual de 2,25% do faturamento com essa característica, considerando as premissas de 15% de exposição ao risco de crédito sobre uma estimativa de 15% de inadimplência.  
(ii) Para o risco não coberto do FGEDUC, com adesão realizada a partir de abril de 2012, foi constituída provisão sobre os 10% dos créditos de responsabilidade das mantenedoras (sendo que o Fundo Garantidor é responsável pelos 90% restantes) considerando os 15% de exposição ao risco de crédito sobre uma estimativa de 15% de inadimplência, ou seja, 0,225%.  
(iii) Para o risco não coberto do FGEDUC, com adesão realizada até março de 2012, foi constituída provisão sobre os 20% de responsabilidade das mantenedoras (sendo que o Fundo Garantidor é responsável pelos 80% restantes) considerando os 15% de exposição ao risco de crédito sobre uma estimativa de 15% de inadimplência, ou seja, 0,45%.  
(b) Parte substancial dos saldos de cartões a receber é decorrente de mensalidades e negociações em atraso.  
(c) O ajuste a valor presente em 31 de dezembro de 2019 soma R\$ 27.442 (R\$ 20.814 referente ao PAR e R\$ 6.628 ao DIS) e em 31 de dezembro de 2018 soma R\$ 45.019 (R\$ 36.626 referente ao PAR, R\$ 8.110 ao DIS e R\$ 283 referente ao programa Educar Amazônia).

	Consolidado	
	2019	2018
FIES	295.598	153.786
A vencer	628.569	482.732
Vencidas até 30 dias	134.384	99.612
Vencidas de 31 a 60 dias	80.080	97.046
Vencidas de 61 a 90 dias	65.201	4.821
Vencidas de 91 a 179 dias	111.876	7.812
Vencidas há mais de 180 dias	211.530	166.941
	1.527.238	1.170.055

	Consolidado	
	2019	2018
A vencer	24.450	26.996
Vencidas até 30 dias	5.570	6.662
Vencidas de 31 a 60 dias	5.018	5.440
Vencidas de 61 a 90 dias	5.159	4.927
Vencidas de 91 a 179 dias	11.148	8.231
Vencidas há mais de 180 dias	20.209	28.243
	71.554	72.689

A movimentação na provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD), no consolidado, segue demonstrada abaixo:  
Saldo em 2017 205.062  
Constituição 333.166  
Adoção das novas práticas lançadas ao patrimônio líquido 77.705  
Baixa de boletos / cheques vencidos há mais de 360 dias (213.287)  
Saldo em 2018 402.646  
Constituição 310.367  
PCLD adquirida no ato da aquisição 11.041  
Baixa de boletos / cheques vencidos há mais de 360 dias (252.864)  
Saldo em 2019 471.190

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a despesa com provisão para crédito de liquidação duvidosa, reconhecida na demonstração do resultado na rubrica de despesas comerciais (Nota 24), estava representada da seguinte forma:

	Consolidado	
	2019	2018
Efeito líquido da PCLD no resultado	310.367	333.166
Baixa / (Reversão) de boletos vencidos há mais de 360 dias	(2.232)	167
Outros	-	366
	308.135	333.699

**5. Partes relacionadas**  
Os principais saldos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia e suas controladas. Nas operações com partes relacionadas não há incidência de juros e/ou atualização monetária.  
O saldo de contas a receber das controladas refere-se à rateio de despesas organizacionais e estão descritos a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Ativo circulante	-	-	-	-
Conta corrente	9	14	9	14
Seses	3	6	3	6
Irep	-	447	-	447
São Luís	-	-	-	-
Estácio Ribeirão Preto	1	2	1	2
Estácio Editora	6	-	6	-
Outros	3	9	3	9
Sociedades controladas	22	478	22	478
	2019	2018	2019	2018
Passivo circulante	-	-	-	-
Conta corrente	-	-	-	-
Seses	51	-	51	-
Sociedades controladas	51	-	51	-

**6. Despesas antecipadas**  
Seguros 3.144 2.944  
Material didático 190 1.013  
Antecipação de férias e encargos 4.008 2.670  
Taxa de credenciamento - MEC 1.755 2.005  
Cooperação técnico pedagógica Santa Casa 1.901 2.260  
Outras despesas antecipadas 794 661  
11.792 11.553

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
IRRF	2.685	1.402	13.155	10.302
Adiantamentos IRPJ/CSLL (i)	-	-	6.261	76.907
IRPJ/CSLL a compensar (ii)	37.707	41.950	151.152	75.257
PIS (iii)	-	-	2.231	3.129
COFINS (iii)	-	-	6.018	12.605
ISIS	-	3	59.334	52.625
INSS	-	-	15.767	6.675
OUTROS	-	-	557	557
Ativo circulante	40.392	43.355	256.475	238.057
Ativo não circulante	3.840	2.145	80.050	135.810
	36.552	41.210	176.425	102.247
	40.392	43.355	256.475	238.057

(i) O montante apresentado nesta linha refere-se aos adiantamentos de IRPJ/CSLL, ocorridos no ano corrente. Em maio de 2018, houve uma revisão do cálculo do incentivo fiscal do PROUNI por conta de uma desabilitação temporária da Controlada SESES que proporcionou um acúmulo de créditos fiscais com relação ao pagamento a maior de IRPJ/CSLL.  
(ii) Este montante representa o excesso de antecipações do IRPJ/CSLL ocorrido em anos anteriores, que são utilizados para as compensações de tributos da União e são corrigidos mensalmente pela taxa Selic. O aumento ocorrido entre os anos de 2019 e 2018 é decorrente dos fatos mencionados no item (i).  
(iii) Conforme mencionado no item (i), em decorrência de uma desabilitação temporária da Controlada SESES, houve um acúmulo de créditos fiscais com relação ao pagamento a maior de PIS e Cofins, no valor de R\$ 17.106 onde a Companhia compensou o montante de R\$ 6.201 e R\$ 3.863 ao longo de 2019 e 2018 respectivamente.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. ("SESES")	1.394.421	1.038.451	-	-
Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. ("IREP")	1.119.135	1.040.045	-	-
Nova Academia do Concurso - Cursos Preparatórios Ltda. ("NACP")	3.424	2.860	-	-
Estácio Editora e Distribuidora Ltda. ("Editora")	(30)	(30)	-	-
Sociedade de Ensino Superior Estácio Ribeirão Preto Ltda. ("Estácio Ribeirão Preto")	95.160	70.144	-	-
	2.612.140	2.151.500	-	-

	2019		2018	
	Investimento	Perda com Investimento	Investimento	Perda com Investimento
Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. ("SESES")	1.394.421	1.038.451	-	-
Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. ("IREP")	1.119.135	1.040.045	-	-
Nova Academia do Concurso - Cursos Preparatórios Ltda. ("NACP")	3.424	2.860	-	-
Estácio Editora e Distribuidora Ltda. ("Editora")	(30)	(30)	-	-
Sociedade de Ensino Superior Estácio Ribeirão Preto Ltda. ("Estácio Ribeirão Preto")	95.160	70.144	-	-
	2.612.140	(30)	2.151.500	(30)

	2019		2018	
	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Taxas de amortização	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Taxas de amortização
Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. ("SESES")	1.394.421	20% a.a.	1.394.421	20% a.a.
Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. ("IREP")	1.119.135	20% a.a.	1.119.135	20% a.a.
Nova Academia do Concurso - Cursos Preparatórios Ltda. ("NACP")	3.424	20% a.a.	3.424	20% a.a.
Estácio Editora e Distribuidora Ltda. ("Editora")	(30)	20% a.a.	(30)	20% a.a.
Sociedade de Ensino Superior Estácio Ribeirão Preto Ltda. ("Estácio Ribeirão Preto")	95.160	20% a.a.	70.144	20% a.a.
	2.612.140	20% a.a.	2.151.500	20% a.a.

As informações das controladas estão representadas a seguir:

|--|



ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S/A  
CNPJ: 08.807.432/0001-10

	Taxas de amortização	Adições		Transf.	Amortização
		Amortização	por aquisições		
Amortização					
Agio em aquisições de investimentos	Indefinida	(6.924)			(6.924)
Direito de uso de software EAD e Integração	20% a.a. (236.368)	(559)	(56.339)	1	(293.265)
Central de Ensino	20% a.a. (17.216)		(688)		(17.904)
Arquitetura de TI	10% a.a. (31.018)		(12.129)		(43.147)
Arquitetura de TI	17 a 20% a.a. (12.375)		(3.845)		(16.220)
Conteúdo de disciplinas online	20% a.a. (7.007)		(450)		(7.457)
Fábrica de conhecimento EAD	10% a.a. (8.784)		(4.794)		(13.578)
Banco de questões	20% a.a. (5.624)		(2.378)		(8.002)
Fundo de Comércio	20 a 50% a.a. (153.580)		(4.882)		(158.462)
Outros	20% a.a. (17.350)		(4.838)		(22.188)
		(436.246)	(559)	(90.343)	1
		1.413.820	274	196.787	(465)
Saldo residual líquido					1.610.416

	2017		2018		Reclas. para imobilizado	2018
	Custo	Adições	Baixas	Transf.		
Custo						
Agio em aquisições de investimentos	1.181.481					1.181.481
Direito de uso de software EAD e Integração	272.394	63.752	(736)	(15)	(399)	334.996
Central de Ensino	18.298					18.298
Arquitetura de TI	76.677	10.233				86.910
Arquitetura de TI	21.664					21.664
Conteúdo de disciplinas online	7.821	222				8.043
Fábrica de conhecimento EAD	33.868	5.436				39.304
Banco de questões	10.703	933				11.636
Fundo de Comércio	173.503					173.503
Outros	27.394	7.235	(413)	15	34	34.231
	1.823.803	87.811	(1.149)		(399)	1.910.066

	Taxas de amortização	Adições		Transf.	Amortização
		Amortização	por aquisições		
Amortização					
Agio em aquisições de investimentos	Indefinida	(6.924)			(6.924)
Direito de uso de software EAD e Integração	20% a.a. (192.746)	(45.179)	730	827	(236.368)
Central de Ensino	20% a.a. (16.408)	(808)			(17.216)
Arquitetura de TI	10% a.a. (19.912)	(11.106)			(31.018)
Arquitetura de TI	20% a.a. (8.530)	(3.845)			(12.375)
Conteúdo de disciplinas online	20% a.a. (6.436)	(571)			(7.007)
Fábrica de conhecimento EAD	10% a.a. (4.537)	(4.247)			(8.784)
Banco de questões	20% a.a. (3.442)	(2.182)			(5.624)
Fundo de Comércio	50% a.a. (130.945)	(22.635)			(153.580)
Outros	20% a.a. (13.715)	(3.674)	39		(17.350)
		(403.595)	(94.247)	769	827
		1.420.208	(6.436)	(380)	428
Saldo residual líquido					1.413.820

Em 31 de dezembro de 2019 de 2018, o ágio líquido apurado nas aquisições em investimentos estava representado da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Agio em aquisições de investimentos líquido de amortização acumulada				
IREP			89.090	89.090
UNITOLEDO			94.975	94.975
ATUAL			15.503	15.503
Seama			18.035	18.035
Idez			2.047	2.047
Unioel			956	956
Fargs			8.055	8.055
São Luis			27.369	27.369
Facitec			26.654	26.654
Assesc			4.723	4.723
Iesam			26.797	26.797
Estácio Amazonas			26.214	26.214
Ceut			27.568	27.568
FNC			72.046	72.046
FCAT			20.120	20.120
FUFS			6.255	6.255
FA			8.076	8.076
FATERN			14.979	14.979
Estácio Editora			9.371	9.371
Estácio Ribeirão Preto			9.371	9.371
Estácio Ribeirão Preto Holding			770.694	770.694
			780.065	780.065
			1.269.132	1.174.557

A Companhia avalia anualmente para impairment, sendo a última avaliação efetuada por conta do encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2019, os ágios apurados em aquisições de investimentos e incorporações, decorrentes da expectativa de rentabilidade futura, com base em projeções de resultados futuros para um período de 10 anos, utilizando taxa nominal de 5,0% ao ano com taxa de crescimento na perpetuidade e uma única taxa de desconto nominal de 13,7% para descontar os fluxos de caixa futuros estimados. Quando o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (impairment). A redução no valor recuperável é registrada no resultado do exercício. A administração determinou a margem bruta orçada com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. As taxas de crescimento médias ponderadas utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do setor. As taxas de desconto utilizadas correspondem às taxas antes dos impostos e refletem riscos específicos em relação aos segmentos operacionais relevantes. As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

### 10. Imobilizado - Consolidado

	2018		2019	
	Custo	Adições por aquisições	Adição	Baixas Transf.
Custo				
Terrenos	19.295	492		19.787
Edificações	228.384		7.470	5.559
Edificações em terceiros (i)			1.140.294	(5.916)
Beneficiárias em imóveis de terceiros	295.799	599	38.737	(303)
Móveis e utensílios	109.851	3.669	20.866	(11.236)
Computadores e periféricos	163.139	4.187	21.747	(2.213)
Máquinas e equipamentos	132.029		17.930	(723)
Equipamentos de atividades físicas	61.854	3.620	22.483	(63)
Biblioteca	167.613	2.569	1.409	(63)
Instalações	53.920	2	10.960	(41)
Tablets	32.442			(23.133)
Construções em andamento	14.385	126	62.486	(94)
Desmobilização	26.951		1.850	(1.330)
Outros	16.595	132	2.103	(71)
	1.322.257	15.396	1.346.335	(43.784)

	Taxas de depreciação	Adições		Baixas	Transf.	Depreciação
		Depreciação	por aquisições			
Edificações	21,50% a.a.	(63.174)		(4.144)	8	(67.310)
Edificações em terceiros (i)	21,50% a.a.		(164.343)		359	(163.984)
Beneficiárias em imóveis de terceiros	11,11% a.a.	(158.360)		(33.694)	127	194
Móveis e utensílios	8,33% a.a.	(58.893)	(2.317)	(10.631)	919	(884)
Computadores e periféricos	25% a.a.	(133.827)	(880)	(17.833)	6.553	158
Máquinas e equipamentos	8,33% a.a.	(75.059)	(3.646)	(16.577)	175	486
Equipamentos de atividades físicas	6,67% a.a.	(22.664)	(893)	(4.494)	35	11
Biblioteca	5% a.a.	(75.523)	(1.549)	(7.372)	62	3
Instalações	8,33% a.a.	(21.854)		(4.101)	14	(29)
Tablets	20% a.a.	(28.510)		(3.514)	23.123	(8.901)
Desmobilização	14,44% a.a.	(6.809)	(73)	(1.855)	67	13
Outros		(66.152)	(9.358)	(270.606)	31.134	219
		661.105	6.038	1.077.729	(12.650)	1.732.222

(i) Nesta rubrica encontram-se efeitos do IFRS 16, conforme descrito na nota 1.3. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o valor de R\$ 11 é referente a computadores e periféricos da controladora (R\$ 15 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018).

	2017		2018		Reclas. do intangível	2018
	Custo	Adições	Baixas	Transf.		
Custo						
Terrenos	19.295					19.295
Edificações	208.737	14.706	(143)	5.441	(357)	228.384
Beneficiárias em imóveis de terceiros	248.758	37.110	(4.721)	14.652		295.799
Móveis e utensílios	96.317	16.946	(3.398)	(15)	1	109.851
Computadores e periféricos	154.408	10.954	(2.999)	4	772	163.139
Máquinas e equipamentos	117.137	15.305	(448)	2	33	132.029
Equipamentos de atividades físicas	48.283	13.973	(406)	4	61.854	
Biblioteca	159.081	9.579	(1.048)	1	167.613	
Instalações	51.615	2.278	(125)	152	53.920	
Tablets	37.974		(5.522)	(10)	32.442	
Construções em andamento	6.659	27.909		(20.183)	14.385	
Desmobilização	22.196	4.892	(137)		26.951	
Outros	10.731	7.051	(1.077)	(7)	(103)	
	1.181.191	160.703	(20.024)	36	351	
						1.322.257

	Taxas de depreciação	Adições		Baixas	Transf.	Depreciação
		Depreciação	por aquisições			
Edificações	1,67% a.a.	(59.546)	(3.770)	122	18	(63.174)
Edificações em terceiros (i)	11,11% a.a.	(134.199)	(29.702)	5.607	(66)	(158.360)
Móveis e utensílios	8,33% a.a.	(54.388)	(7.709)	3.206	(1)	(58.893)
Computadores e periféricos	25% a.a.	(118.348)	(17.732)	2.984	(731)	(133.827)
Máquinas e equipamentos	8,33% a.a.	(58.799)	(16.529)	302	(33)	(75.059)
Equipamentos de atividades físicas	6,67% a.a.	(19.740)	(3.153)	233	(4)	(22.664)
Biblioteca	5% a.a.	(69.061)	(7.116)	655	(1)	(75.523)
Instalações	8,33% a.a.	(18.233)	(3.733)	112	(2)	(21.854)
Tablets	20% a.a.	(27.469)	(6.427)	5.376	10	(28.510)
Desmobilização	14,44% a.a.	(12.204)	(4.336)	61		(16.479)
Outros		(6.788)	(931)	918	3	(6.809)
		(578.775)	(101.138)	19.576	(36)	(779)
		602.416	59.565	(448)	(428)	661.105

Determinados bens adquiridos através de financiamento ou arrendamento mercantil (Nota 11) foram dados em garantia aos respectivos contratos. A Companhia e suas controladas não concederam outras garantias de bens de sua propriedade em nenhuma transação efetuada. Máquinas e equipamentos, periféricos, móveis e utensílios e aluguel de imóveis incluem os seguintes valores nos casos em que o Grupo é arrendatário em uma operação de arrendamento financeiro:

	2018		2019	
	Custo	Adições por aquisições	Adições	Baixas
Custo				
Arrendamentos financeiros capitalizados	96.227	960	1.146.771	(16.328)
	96.227	960	1.146.771	(16.328)
Depreciação				
Arrendamentos financeiros capitalizados	21,60% a.a.	(62.055)	(747)	(187.313)
		(62.055)	(747)	(187.313)
Saldo contábil líquido		34.172	213	959.458

O Grupo arrenda diversos direitos de uso, tais como máquinas e equipamentos, periféricos, móveis e utensílios e aluguel de imóveis, segundo contratos de arrendamento financeiro não canceláveis. Os prazos dos arrendamentos são de acordo com a vigência contratual e a propriedade dos ativos não pertencem ao Grupo. Todos os arrendamentos do Grupo são reconhecidos pelo valor presente líquido da operação.

**Teste de redução ao valor recuperável de ativos - "Impairment"**  
De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) (IAS 36), "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo imobilizado, que apresentaram indicativos de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação (valor de mercado), são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A administração efetuou análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos imobilizados.

Modalidade	Encargos financeiros	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
<b>Em média nacional</b>					
Contrato de arrendamento mercantil Direito de uso (i)	IGP-M/ IGP-I-DI/ IPCA / INCC/ IPC/ IPCA-E a.a			1.031.808	
Outros contratos de arrendamento mercantil	INPC/ IGP-I-DI/ IGP-M a.a			4.709	33.048
Segunda emissão de debêntures	CDI+1,18% a.a		121.840	121.840	
Quarta emissão de debêntures	CDI+1,50% a.a		50.214	50.214	
Quinta emissão de debêntures (1ª Série)	CDI+0,585% a.a	255.491		255.491	
Quinta emissão de debêntures (2ª Série)	CDI+0,785% a.a	357.958		357.958	
Custos de captação de debêntures			(1.394)	(1.394)	(497)
Empréstimo Banco da Amazônia	9,5% a.a				7.372
Empréstimo FINEP	6% a.a	3.080		3.080	3.674
Notas promissórias Itaú	CDI+1,25% a.a		601.564	601.564	
		615.135	776.795	1.651.652	817.215
Passivo circulante		13.586	773.709	170.054	795.789
Passivo não circulante		601.549	3.086	1.481.598	21.426
		615.135	776.795	1.651.652	817.215

(i) Nesta rubrica encontram-se efeitos do IFRS 16, conforme descrito na nota 1.3. Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
2020		587		6.829
2021		137		140.250
2022		250.338		390.502
2023		175.378		



**ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S/A**  
CNPJ: 08.807.432/0001-10

O valor do ágio na subscrição de ações nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é composto da seguinte forma:

	2019	2018
Reserva de impostos	3	3
Lucros não distribuíveis (i)	96.477	96.477
Reserva especial de ágio na incorporação	85	85
Ágio na subscrição de ações	498.899	498.899
	<u>595.464</u>	<u>595.464</u>

(i) Lucros auferidos em períodos anteriores a transformação da Companhia em sociedade empresarial O ágio com a emissão de ações está representado da seguinte forma:

	2019	2018
Subscrição de 17.853.127 ações	(23.905)	
Valor pago pelas 17.853.127 ações	522.204	
Ágio na emissão de ações	<u>498.899</u>	

(d.2) **Opções de outorgas**  
A Companhia constituiu a reserva de capital para opções de ações outorgadas, conforme mencionado na Nota 20. Como o pronunciamento técnico requer, o valor justo das opções foi determinado na data da outorga e está sendo reconhecido pelo período de aquisição do direito (*vesting period*) até a data dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

(d.3) **Ágio e deságio na alienação de ações em tesouraria**  
O ágio e deságio na alienação de ações em tesouraria refere-se à diferença entre o preço da aquisição que a Companhia pagou pelas ações e o valor de alienação pela utilização das ações para pagamento do programa de opções outorgadas.

O deságio com alienação das ações em tesouraria está representado da seguinte forma em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

	Quantidade de ações	Alienação	Valor pago	Deságio
Deságio em 2018	2.230.255	35.123	27.140	7.983
Pagamento SOP em 2019	372.929	8.586	5.731	2.855
Deságio em 2019	<u>2.603.184</u>	<u>43.709</u>	<u>32.871</u>	<u>10.838</u>

(e.1) **Reservas de lucros**  
(e.1.1) **Reserva legal**  
Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite, a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva de capital somente poderá ser utilizada para aumento de capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

(e.2) **Reserva de retenção de lucros**  
Em 31 de dezembro de 2018, dos resultados acumulados pela Companhia, foi destinado o valor de R\$ 459.472 a Reserva de Retenção de Lucros referentes a potenciais aquisições, expansão e melhoria em infraestrutura, tecnologia e expansão orgânica, conforme previsto em estatuto da Companhia. Essa proposta de retenção de lucros foi aprovada pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 26 de abril de 2019.

Em 31 de dezembro de 2019, dos resultados acumulados pela Companhia, foi destinado o valor de R\$ 460.375 a Reserva de Retenção de Lucros referentes a potenciais aquisições, expansão e melhorias em infraestrutura, tecnologia e expansão orgânica, conforme previsto em estatuto da Companhia. Essa proposta de retenção de lucros será aprovada pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 24 de abril de 2020.

(e.3) **Excesso de reserva de lucros**  
De acordo com o artigo 199 da Lei das sociedades por ações, o somatório das reservas de lucro não poderá ser superior ao montante do capital social da Companhia. Dessa forma, na assembleia geral realizada em 15 de março de 2018 a administração aprovou o aumento de capital de R\$ 8.946. Com relação as demonstrações financeiras de 2019, será apreciado pelo Conselho de Administração, a ser realizado em 12 de março de 2020, novo aumento de capital no montante de R\$ 369.440.

(e.4) **Dividendos**  
O Estatuto da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício ajustado pela constituição da reserva legal, conforme preconizado pela legislação societária. Em 2019, foram pagos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2018 no montante de R\$ 153.157 (Em 2018 foram pagos R\$ 100.840 relativos ao exercício de 2017).

Em 20 de dezembro de 2018, foi pago o montante de R\$ 400.000 referente a distribuição de dividendos intermediários aprovado pelo Conselho de Administração, oriundos da conta de Reserva de Lucros da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 o cômputo dos dividendos e sua respectiva movimentação no exercício são como segue:

	2019	2018
Lucro líquido do exercício da controladora	646.140	644.873
Constituição da reserva legal (Artigo 193 da Lei nº 6.404)	(32.307)	(32.244)
Lucro líquido após apropriação da reserva legal	613.833	612.629
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	153.458	153.157
Quantidade de ações em 31 de dezembro	309.088.851	309.088.851
Quantidade de ações em tesouraria em 31 de dezembro	(8.426.182)	(8.975.936)
Dividendo por ação em circulação - em reais	<u>0.51040</u>	<u>0.51033</u>

18. **Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros**  
Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas para cada situação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir estimativas do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderão ter um efeito relevante no montante do valor de mercado. Os instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 encontram-se registrados nas contas patrimoniais e por valores compatíveis com aqueles praticados no mercado.

(a) **Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários**  
Os valores contabilizados se aproximam dos valores de mercado, tendo em vista que estão sujeitos a carência máxima de 90 dias.

(b) **Empréstimos e financiamentos**  
São mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva.

(c) **Contas a receber**  
São classificadas como recebíveis e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, os quais se aproximam do valor de mercado.

(d) **Instrumentos financeiros derivativos**  
A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

(e) **Demais instrumentos financeiros ativos e passivos**  
Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros do Grupo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

18.1 **Hierarquia do valor justo**  
A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados a valor justo, conforme método de mensuração.

	2019	2018
Nível 2		
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	596.861	804.360
	<u>596.861</u>	<u>804.360</u>

As premissas utilizadas para cálculo de cada outorga, a partir do modelo de *Binomial* são descritas a seguir:

Programa	Fim da Carência	Data de Vencimento	Opções Outorgadas	Preço médio de exercício por ação	Preço médio de exercício por ação	Expectativa de exercício	Volatilidade anual	Distribuição de Dividendos	Taxa de Juros Livre de Risco	Estimada (Opção)	Vida (anos)	Fair value	Quantidade Prescrita
11ª Programa Abr17	23/04/2018	23/04/2028	188.000	RS 14,18	RS 14,88	46,66%	0,00%	8,94%	0,614	13,500	0	11,47	104.400
11ª Programa Abr17	23/04/2019	23/04/2028	188.000	RS 14,18	RS 14,88	46,66%	0,00%	8,94%	0,614	13,500	0	12,24	135.800
11ª Programa Abr17	23/04/2020	23/04/2028	188.000	RS 14,18	RS 14,88	46,66%	0,00%	8,94%	0,614	13,500	0	15,1	28.000
11ª Programa Abr17	23/04/2021	23/04/2028	188.000	RS 14,18	RS 14,88	46,66%	0,00%	8,94%	0,614	13,500	0	15,74	28.000
11ª Programa Abr17	23/04/2022	23/04/2028	188.000	RS 14,18	RS 14,88	46,66%	0,00%	8,94%	0,614	13,500	0	16,38	28.000
11ª Programa Abr17 Cons.	23/04/2018	23/04/2028	25.505	RS 14,18	RS 14,13	46,66%	0,00%	8,94%	0,614	25.505	0	16,98	44.000
11ª Programa Abr17 Cons.	23/04/2019	23/04/2028	25.505	RS 14,18	RS 14,13	46,66%	0,00%	8,94%	0,614	25.505	0	15,43	0
10ª Programa Jul16	15/04/2017	19/07/2026	208.000	RS 15,12	RS 14,55	59,18%	0,00%	12,50%	0,689	2.000	0	15,02	0
10ª Programa Jul16	15/04/2018	19/07/2026	208.000	RS 15,12	RS 14,55	59,18%	0,00%	12,50%	0,689	2.000	0	15,13	0
10ª Programa Jul16	15/04/2019	19/07/2026	208.000	RS 15,12	RS 14,55	59,18%	0,00%	12,50%	0,689	2.000	0	16,41	602.000
10ª Programa Jul16	15/04/2020	19/07/2026	208.000	RS 15,12	RS 14,55	59,18%	0,00%	12,50%	0,689	2.000	0	17,65	608.000
10ª Programa Jul16 Cons.	15/04/2017	19/07/2026	32.889	RS 15,12	RS 14,55	59,18%	0,00%	12,50%	0,689	2.000	0	15,09	0
8ª Programa	15/04/2016	15/04/2026	196.600	RS 13,15	RS 13,09	28,80%	0,00%	11,99%	0,545	2.000	0	15,69	0
8ª Programa	15/04/2017	15/04/2026	196.600	RS 13,15	RS 13,09	28,80%	0,00%	11,99%	0,545	2.000	0	15,69	0
8ª Programa	15/04/2018	15/04/2026	196.600	RS 13,15	RS 13,09	28,80%	0,00%	11,99%	0,545	2.000	0	15,69	0
8ª Programa	15/04/2019	15/04/2026	196.600	RS 13,15	RS 13,09	28,80%	0,00%	11,99%	0,545	2.000	0	15,69	0
8ª Programa	15/04/2020	15/04/2026	196.600	RS 13,15	RS 13,09	28,80%	0,00%	11,99%	0,545	2.000	0	15,69	0
Programa 7ª Out14	15/04/2015	15/04/2025	177.800	RS 26,83	RS 28,79	28,80%	0,00%	11,99%	0,858	16.000	0	6,4	19.000
Programa 7ª Out14	15/04/2016	15/04/2026	177.800	RS 26,83	RS 28,79	28,80%	0,00%	11,99%	0,858	16.000	0	6,94	88.000
Programa 7ª Out14	15/04/2017	15/04/2027	177.800	RS 26,83	RS 28,79	28,80%	0,00%	11,99%	0,858	16.000	0	7,43	104.000

(I) Preço de mercado nas respectivas datas das outorgas. Em atendimento ao disposto no pronunciamento técnico CPC 10 (R1), os pagamentos baseados em ações que estavam em aberto em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 foram mensurados e reconhecidos pela Companhia.

A Companhia reconhece trimestralmente as opções de ações outorgadas, como reserva de capital com contrapartida no resultado, em despesas gerais e administrativas na rubrica pessoal e encargos sociais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi reconhecida uma reversão de R\$ 961 (provisão de R\$ 3.020 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018). O valor da reversão em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 74.966 (RS 75.927 em 31 de dezembro de 2018).

As variações na quantidade de opções de compra de ações em aberto e seus correspondentes preços médios ponderados do exercício estão apresentados a seguir:

	2019	2018
Preço médio de exercício por ação	Opções - 300.000	Opções - 13,62
Exercidas	83.000	13,62
Abandonadas	0,00	16,97
Prescritas	68.000	13,68
	<u>149.000</u>	<u>300.000</u>

Conselho de administração

	2019	2018
Preço médio de exercício por ação	Opções - 300.000	Opções - 13,62
Exercidas	83.000	13,62
Abandonadas	0,00	16,97
Prescritas	68.000	13,68
	<u>149.000</u>	<u>300.000</u>

(c) **Programa Performance Share**  
Em 18 de outubro de 2018 foi aprovado em assembleia geral extraordinária o novo Programa de Outorga de Ações Restritas da Companhia.

O Plano tem por objetivo permitir a outorga de Ações Restritas aos Beneficiários selecionados pelo Conselho de Administração, sujeito a determinadas condições, com o objetivo de: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia e das sociedades sob o seu controle; (b) incentivar a melhoria da gestão da Companhia e das sociedades sob o seu controle, conferindo aos beneficiários a possibilidade de serem acionistas da Companhia, estimulando-os na otimização de todos os aspectos que possam valorizar a Companhia no longo prazo; (c) alinhar os interesses dos beneficiários com os interesses dos acionistas; e (d) estimular a permanência dos administradores e empregados na Companhia ou nas sociedades sob o seu controle.

Poderão ser eleitos como beneficiários do Plano os administradores e empregados da Companhia ou de sociedade sob o seu controle, conforme definido pelo Conselho de Administração.

O número total de ações restritas que poderão ser outorgadas no âmbito do Plano não poderá exceder, juntamente com as opções e/ou ações outorgadas no âmbito de outros planos de remuneração restrita em ações da Companhia (as quais serão consideradas no cálculo do limite total aqui estabelecido), o limite total de 3% do capital social da Companhia na data de aprovação de cada Programa. O preço de referência por ação restrita utilizado para definir a quantidade de ações restritas outorgada a cada beneficiário corresponderá à média ponderada das cotações das ações de emissão de Companhia na B3 S.A., nos 30 (trinta) pregões anteriores à data de cada Programa.

Cada Programa criado pelo Conselho de Administração terá um prazo de 5 (cinco) anos, cujas ações restritas outorgadas serão divididas em 5 (cinco) iguais lotes anuais, com o período de carência (*vesting*) ocorrendo anualmente.

(e) **Programa Performance Share**  
Em 18 de outubro de 2018 foi aprovado em assembleia geral extraordinária o novo Programa de Outorga de Ações Restritas da Companhia.

O Plano tem por objetivo permitir a outorga de Ações Restritas aos Beneficiários selecionados pelo Conselho de Administração, sujeito a determinadas condições, com o objetivo de: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia e das sociedades sob o seu controle; (b) incentivar a melhoria da gestão da Companhia e das sociedades sob o seu controle, conferindo aos beneficiários a possibilidade de serem acionistas da Companhia, estimulando-os na otimização de todos os aspectos que possam valorizar a Companhia no longo prazo; (c) alinhar os interesses dos beneficiários com os interesses dos acionistas; e (d) estimular a permanência dos administradores e empregados na Companhia ou nas sociedades sob o seu controle.

Poderão ser eleitos como beneficiários do Plano os administradores e empregados da Companhia ou de sociedade sob o seu controle, conforme definido pelo Conselho de Administração.

O número total de ações restritas que poderão ser outorgadas no âmbito do Plano não poderá exceder, juntamente com as opções e/ou ações outorgadas no âmbito de outros planos de remuneração restrita em ações da Companhia (as quais serão consideradas no cálculo do limite total aqui estabelecido), o limite total de 3% do capital social da Companhia na data de aprovação de cada Programa. O preço de referência por ação restrita utilizado para definir a quantidade de ações restritas outorgada a cada beneficiário corresponderá à média ponderada das cotações das ações de emissão de Companhia na B3 S.A., nos 30 (trinta) pregões anteriores à data de cada Programa.

Cada Programa criado pelo Conselho de Administração terá um prazo de 5 (cinco) anos, cujas ações restritas outorgadas serão divididas em 5 (cinco) iguais lotes anuais, com o período de carência (*vesting*) ocorrendo anualmente.

(e) **Programa Performance Share**  
Em 18 de outubro de 2018 foi aprovado em assembleia geral extraordinária o novo Programa de Outorga de Ações Restritas da Companhia.

O Plano tem por objetivo permitir a outorga de Ações Restritas aos Beneficiários selecionados pelo Conselho de Administração, sujeito a determinadas condições, com o objetivo de: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia e das sociedades sob o seu controle; (b) incentivar a melhoria da gestão da Companhia e das sociedades sob o seu controle, conferindo aos beneficiários a possibilidade de serem acionistas da Companhia, estimulando-os na otimização de todos os aspectos que possam valorizar a Companhia no longo prazo; (c) alinhar os interesses dos beneficiários com os interesses dos acionistas; e (d) estimular a permanência dos administradores e empregados na Companhia ou nas sociedades sob o seu controle.

Poderão ser eleitos como beneficiários do Plano os administradores e empregados da Companhia ou de sociedade sob o seu controle, conforme definido pelo Conselho de Administração.

O número total de ações restritas que poderão ser outorgadas no âmbito do Plano não poderá exceder, juntamente com as opções e/ou ações outorgadas no âmbito de outros planos de remuneração restrita em ações da Companhia (as quais serão consideradas no cálculo do limite total aqui estabelecido), o limite total de 3% do capital social da Companhia na data de aprovação de cada Programa. O preço de referência por ação restrita utilizado para definir a quantidade de ações restritas outorgada a cada beneficiário corresponderá à média ponderada das cotações das ações de emissão de Companhia na B3 S.A., nos 30 (trinta) pregões anteriores à data de cada Programa.

Cada Programa criado pelo Conselho de Administração terá um prazo de 5 (cinco) anos, cujas ações restritas outorgadas serão divididas em 5 (cinco) iguais lotes anuais, com o período de carência (*vesting*) ocorrendo anualmente.

	Ações adicionais	Ações	Invested	Canceladas	Prescritas
Programas	1.359.000	65.339	205.588	683.790	44.521
1ª - Cons.	1.359.000	65.339	205.588	683.790	44.521
1ª - Esp.	300.000	17.355	37.025	275.041	5.289
2ª	879.000			850.000	29.000
2ª - Esp.	100.000			100.000	
3ª	630.000			630.000	
3ª - Esp.	200.000			200.000	
4ª	100.000			100.000	
5ª	80.000			80.000	
<b>Total Geral</b>	<b>3.804.500</b>	<b>89.696</b>	<b>242.613</b>	<b>3.045.773</b>	<b>49.810</b>

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em seu valor justo é cotado:

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;  
Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e  
Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis 1 e 2, nem para dentro ou fora do nível 3.

18.2 **Fatores de riscos financeiros**  
Todas as operações do Grupo são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. A administração constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante julgado suficiente para cobrir possíveis riscos de realização das contas a receber; portanto, o risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados encontra-se mensurado e registrado contabilmente. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio do Grupo podem ser assim enumerados:

(a) **Risco de crédito**  
Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores dos serviços prestados. O Grupo também está sujeito a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras. O risco de crédito relativo à prestação de serviços é minimizado por um controle estrito da base de alunos, pelo gerenciamento ativo da inadimplência e pela pulverização dos saldos. Adicionalmente, a Companhia exige a liquidação ou negociação das parcelas em atraso dos alunos no regresso do curso.

(b) **Risco de taxa de juros**  
Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas atuam de acordo com a Política de Investimento, aprovada pelo Conselho de Administração. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e depósitos judiciais encontram-se com instituições financeiras com riscos de crédito A a AAA de acordo com as agências de crédito *Standard & Poor's*, *Fitch* ou *Moody's*. Para caso de dois ou mais ratings, será considerado o *rating* da *Moody's*. Em casos de *rating* distintos, a Companhia utiliza o maior *rating* como base.

(c) **Risco de taxa de câmbio**  
Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a Companhia não possui posição em moeda estrangeira.

(d) **Risco de liquidez**  
O risco de liquidez consiste na eventualidade do Grupo não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa do Grupo é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão do Grupo, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para o Grupo. Não houve mudança relevante nos instrumentos financeiros passivos do Grupo em 31 de dezembro de 2019 em relação a 31 de dezembro de 2018.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
--	-----------------	----------------------	-------------------------	---------------------

